SEBASTIÃO A. B. DE CARVALHO
O TESOURO DE CANTAGALO

Sebastião A.B. de Carvalho

Do Cenáculo Fluminense de História e Letras - CFHL

O Tesouro de Cantagalo

A odisséia de Mão de Luva

Sebastião A. B. de Carvalho

O TESOURO DE CANTAGALO

A FASCINANTE HISTÓRIA DE MANOEL HENRIQUES, O MÃO DE LUVA NOS "SERTÕES DO MACACU"

1a. Edição
Niterói – RJ
1991

2a. Edição
2012

PREFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO DE O TESOURO DE CANTAGALO

Maurício Antunes Raposo*

Quando conheci o Professor Sebastião Antonio Bastos de Carvalho, em circunstâncias cotidianas, não imaginava que era ele o Autor do livro *O Tesouro de Cantagalo*. Havia adquirido e lido o livro, há mais de quinze anos, e na ocasião havia ficado impressionado com a pesquisa em documentos do CEPEC e sua abordagem na reconstrução da história do município de Cantagalo.

Ao receber o convite para prefaciar o seu livro à segunda edição, fiquei lisonjeado pela importante tarefa de apresentar uma obra historiográfica que se aprofundou nos estudos acerca da região que se denominava pela coroa portuguesa como “Sertões do Macacu”. A sua narrativa levou em consideração o contexto socioeconômico da Colônia do Brasil, para desmistificar a figura de uma personagem estereotipada pela tradição oral e escrita. Preocupou-se, portanto, por trazer mais próximo da história real o dito *fidalgo* Manoel Henriques, o famoso “Mão de Luva”, um desbravador português de “carne e osso” que chegou nessas terras em busca de assentar um núcleo comunal, produzindo alimentos, mantendo relações amistosas

com os índios da localidade e por fim, constituindo família com sólida formação católica.

Além de reabilitar a pessoa de Manoel Henriques, mostrando que ele não deveria ser considerado um simples facínora e contrabandista, o Professor Carvalho discute de forma original o papel do Alferes Joaquim José da Silva Xavier, mais conhecido na História do Brasil como Tiradentes, nos episódios de invasão da Vila de Cantagalo, ordenado pelo Vice-Rei. Com isso, a partir desse episódio, indaga a postura que Tiradentes terá com a Coroa Portuguesa, de mero cumpridor de ordens para a de rebelde contra o jgo português.

O Autor disserta também sobre a disputa das províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais na posse do ouro de aluvião explorado pelo "Mão de Luva" em terras cantagalenses. A região conhecida como Sertões do Macacu era um território estabelecido pela Coroa portuguesa em que se proibiam caminhos, trilhas e povoamento, com o intuito de evitar a fuga de exploradores do ouro que não pagavam o quinto real. Por esta razão, sua ocupação era cobiça dos governos provinciais, ainda mais quando se soube que havia ouro de aluvião em abundância.

Por tudo isso, a leitura deste livro é de suma importância para todos os habitantes de

Cantagalo e do interior do Estado do Rio de Janeiro, sendo o seu conteúdo revelador de outra história, a de pessoas que assentaram o seu suor e trabalho, nestas terras, que muito contribuíram para a Construção do Brasil.

----

*MAURICIO ANTUNES RAPOSO é Professor de História e Filosofia. Pós-graduado em História Regional do Rio de Janeiro, pela Universidade Federal Fluminense, possui licenciatura plena em História e Filosofia pela Faculdade de Filosofia Santa Dorotéia. É, ainda, bacharel em Cïências Jurídicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

APRESENTAÇÃO

A HISTORIA de Cantagalo, cujos fatos se escondem num passado distante e num emaranhado de versões e suposições, há muito precisava de alguém que, munido das necessárias aptidões, se aplicasse, por inteiro, à pesquisa científica, na busca e interpretação de documentos, para, finalmente, lançar mais luz sobre o assunto, trazendo-o, de forma correta e adequada, ao conhecimento do público.

SEBASTIÃO ANTONIO BASTOS DE CARVALHO, sociólogo, antropólogo, jornalista e professor, após anos de estudos, vencendo uma série de dificuldades, que outros não ousaram arrostar -- conseguiu realizar um grande sonho, há muito acalentado: -- ver pronto seu livro, em que narra a história dos primórdios de Cantagalo, buscando seu passado, para colocá-lo dentro de um enfoque sociológico que lhe valorisa sobremodo o significado.

ESSE dedicado pesquisador, carioca, mas Cidadão Cantagalense, que teve em seu pai, o jornalista ANTONIO FERREIRA DE CARVALHO, o seu mestre na arte de escrever, conseguiu formar um dos mais completos arquivos sobre o desbravador dos Sertões do Macacu, o célebre MANOEL HENRIQUES, o MÃO DE LUVA.

BASEANDO-SE nesse arquivo e em várias obras sociológicas, logrou o Autor desvendar fatos até então desconhecidos e, com habilidade, colocá-los num contexto coerente, contribuindo assim para aclarar vários pontos obscuros do passado de Can-

tagalo, e ainda possibilitar e estimular uma verdadeira revisão na historiografia fluminense.

ALEGRES com o advento de tão importante realização, em boa hora encampada pelo GOVERNO GERALDO PIRES GUIMARAES, em sua linha de apoio à Cultura Cantagalense, estamos certos de que "O TESOURO DE CANTAGALO" servirá de motivação e instrumento para que pessoas estudiosas e dedicadas venham também trabalhar nesse campo, elevando cada vez mais o nível cultural do nosso Município.

MARIA LÚCIA FARAH NORONHA
Secretária Municipal de Educação e Cultura

AGRADECIMENTO

PARECE-ME que hoje, mais do que nunca, espera-se dos governos se não todas, quase todas as iniciativas a favor do interesse público, vale dizer, da coletividade.

TAL expectativa, na verdade, baseia-se no entendimento da própria razão de ser do governo, que é justamente a promoção do bem comum, dos legítimos anseios da população que, num regime democrático, o elege e mantém.

HA, contudo, embutido nesse modo expectante, uma indisfarçável transferência de responsabilidade, que o cidadão faz, ao deixar, ele próprio, de executar tarefas que, embora algumas vezes simples e corriqueiras, poderiam e deveriam acontecer, consistindo em colaboração espontânea e sempre valiosa no trabalho de promoção do bem comum.

OS exemplos seriam fastidiosos, se os quiséssemos enumerar, variando de uma simples ação de se atirar no devido lugar o lixo que se produziu, até iniciativas mais complexas como a defesa dos direitos humanos ou do meio ambiente, hoje tão ameaçado pela voracidade das máquinas e a mesquinhez de alguns pretensos donos do planeta!

VALHO-ME destas considerações para dizer que, embora na verdade o Governo GERALDO GUIMARAES, ao editar este livro esteja cumprindo parte de sua própria finalidade, que é promover o desenvolvimento da Cultura Cantagalense, ele o está fazendo de modo lhano, cordial, responsável, amigo, plenamente consciente de seu papel no momento histórico que vivemos, com os

olhos voltados para o futuro de uma Terra que tem sofrido, no desenrolar dos anos, o eclipse de suas mais importantes realizações, por certas inexplicáveis lacunas que começam nos livros didáticos e se eternizam nas obras de consulta obrigatória das bibliotecas.

SIM, Cantagalo tem sido relegado a plano que não condiz com o seu passado, devido ao descaso de historiadores alienígenas, que não lhe perdoam o desmedido fulgor, ao mesmo tempo que não lho podem arrebatar. -- Mas essa época já passou e ingressamos, agora, no limiar de uma nova fase de progresso nas artes, ciências e letras, fase esta de que o atual Governo pode considerar-se precursor, pelo que está agora realizando e pelo que pretende, em breve futuro, realizar, pelo bem de nossa Terra!... SEMPER VIGILANS!

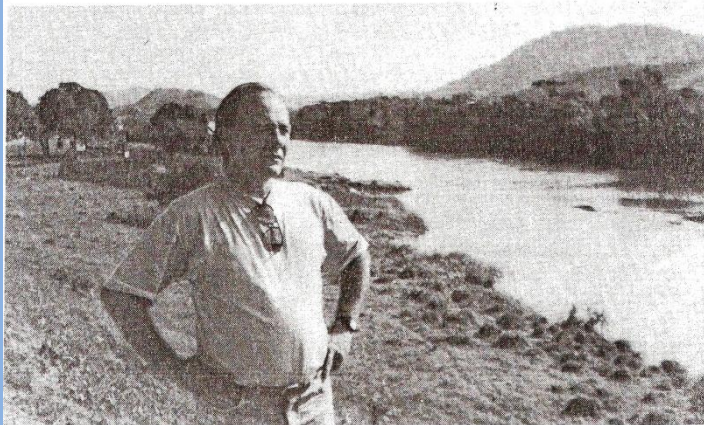
POR essa sensibilidade, por esse espírito de solidariedade e fraternidade que temos encontrado em pessoas como Geraldo Pires Guimarães, Maria Lúcia Farah Noronha, Déa Gerk Vianna Gomes, Celso Guimarães, René Noronha e Nigel Nara, e ainda os velhos amigos Pedro Figueira da Silva e Lecy Noronha, - para mencionar apenas algumas das personalidades que nos honraram com suas atenções e confiança -- somos agradecidos e esperamos que este nosso trabalho venha preencher as suas legitimas expectativas, fato que servirá, para nós, de inestimável prêmio pelos esforços dispendidos na elaboração da obra.

SEBASTIAO ANTONIO BASTOS DE CARVALHO

HOMENAGEM ESPECIAL

AQUELES AOS QUAIS TUDO DEVO, MEUS PAIS, NUMA SINGELA LEMBRANÇA, DEDICO-LHES ESTA OBRA, COM AMOR FILIAL.

Jornalistas Antonio Ferreira de Carvalho e Maria Bastos de Carvalho

1- INTRODUÇÃO: UM REEXAME NA HISTORIOGRAFIA FLUMINENSE

DESDE que travei conhecimento com a História de Cantagalo, quando lá residia, pelos idos da década de 50, convenci-me de que nela havia muita coisa importante, oculta nas brumas do passado, esperando por alguém que se dispusesse a levantar o véu que encobria os mistérios de uma região que -- posso afirmá-lo -- foi palco de acontecimentos de alta relevância para a historiografia brasileira.

E que a História, ao fixar-se nos acontecimentos grandiosos, contemplando-os com toda a sua atenção, deixa hiatos importantes, que o tempo se encarrega de apagar.

Mas não se podem ignorar fatos importantes por todo o tempo!... Um dia, alguém irá descerrar o véu do esquecimento e da indiferença, mostrando a todos, em sua real dimensão, a face de um passado que en-

tão se destacará da penumbra a que fora relegado!...

Foi isto que aconteceu ao período do desenvolvimento econômico-social da Província do Rio de Janeiro que denominamos de Fase da Mineração, iniciada com a invasão dos Sertões do Macacu por garimpeiros clandestinos oriundos de Minas Gerais, pelos idos de 1766.

Com efeito, a grandeza da mineração em Minas Gerais e, mais tarde, da cultura cafeeira no Estado do Rio de Janeiro e em São Paulo -- prende a atenção dos estudiosos, polarizando-a, e esconde-lhes os tesouros que, conquistados pelo Mão de Luva, envolveram em acirrada disputa os governos do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, a partir de 1786.

Porém é preciso notar que, à decadência da mineração em Minas Gerais corresponde um período de progresso da mesma nas chamadas áreas proibidas dos Sertões do Macacu, mais tarde Cantagalo, -- movido, todavia, por garimpeiros clandestinos, os "facinorosos" chefiados pelo célebre Manoel Henriques, o Mão de Luva.

Foi considerando esses fatos que resolvi erigir o importante Município de Cantagalo em MEU LABORATORIO, a ser extensamente pesquisado, ao longo dos anos!...

Dificuldades naturais da existência muitas vezes se interpuzeram entre minha ânsia de conhecimento e a realização prática. Esta, na verdade, progrediu lentamente, chegando a um ponto crucial quando, em maio de 1988, viajei para os Estados Unidos, numa experiência que bem poderia ter culminado com minha transferência definitiva para lá.

Com esse pensamento, levei na bagagem toda a documentação já obtida, decidido a continuar pesquisando, ou pelo menos a escrever, baseado no material que, à época, havia logrado reunir.

De volta ao Brasil, retomei o trabalho, esbarrando, contudo, nas mesmas dificuldades que, no passado, foram óbices quase intransponíveis e que nada mais eram que as lides naturais da luta pela existência num país agitado por um processo inflacionário que chegava aos 80% ao mês.

Perseverando, contudo, posso dizer que hoje, embora ainda distante do ideal colimado, já posso apresentar algumas conclusões importantes, calcadas, todas, em fontes fidedignas que, graças às nossas instituições culturais oficiais, foram devidamente preservadas e se encontram à disposição dos estudiosos.

****

OBSERVAÇÃO:

Para facilitar o trabalho, houve por bem o Autor dividir a BIBLIOGRAFIA em duas partes. Na primeira, elenca os LIVROS citados no corpo da obra; na segunda, lista os DOCUMENTOS que, obtidos em sucessivas pesquisas nos arquivos oficiais de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, -- passaram a integrar o Arquivo do Centro de Estudos e Pesquisas Euclides da Cunha (CEPEC), em Niterói, do qual é Presidente

O TESOURO DE CANTAGALO

A FASCINANTE HISTORIA DE

MANOEL HENRIQUES,

O MÃO DE LUVA

NOS "SERTOES DO MACACU"

1ª Edição

Niterói - RJ

1991

CARTA DO GOVERNADOR DE MINAS GERAIS AO VICE-REI DO BRASIL

Ill.mo e Ex.mo Snr. // Pelas averiguaçoens mais exactas, que tenho mandado fazer, a fim de conhecer o estado de força, em que se acha a gente, que está nas terras ao de lá da Parahiba, Certão de Macacú, extrahindo, e extraviando as suas riquezas clandestinamente, independente da resposta, que todos os dias estou esperando de V.Ex.a á minha Carta datada de quinze do mez de Fevereiro do corrente anno, sobre o mesmo importante objecto, para se poder effeituar a diligencia de se destruir e evitar semelhante extravio, conforme Sua Magestade o tem ordenado. Acabo de conhecer, que das ditas terras sahirão para essa Capital os Cabeças dos ditos extraviadores, que são Joaquim Lopes, Dionizio Lopes, irmãos de José Lopes, que já se acha prezo nessa Capital, levando comsigo tambem hum Cabra, que elles trazem furtado, que hé captivo da Viuva do Montijo, moradora no Registo Velho, e com o designio de saberem ao mesmo tempo em Macacú dos fornecimentos, que lá se achão promptos por Ordem de V.Ex.a, pela noticia, que já lá tem, de serem para as Tropas, com que V.Ex.a os quer mandar prender: João dos Santos Silva morador no Porto da Estrella, com o designio de ir valer-se de V.Ex.a para lhe perdoar o crime, que cometeo, de ter vindo extrair ouro nas ditas terras com oito Escravos: E o celebre Manoel Henriques denominado Mão de Luva, o qual hé bem conhecido, por ser aleijado da mão direita, e trazer sempre na mesma huma Luva calçada. O que participo a V.Ex.a para que V.Ex.a queira logo, que receber esta, mandalos prender, pelo quanto das sobreditas prizões depende a felicidade de ser feita a diligencia de se destruir o sobredito extravio por huma vez conforme Sua Magestade hé servida.

Deos guarde a V.Ex.a Villa Rica 12 de Abril de 1786 // Snr. Luiz de Vasconcellos e Souza // Luiz da Cunha Menezes //

Esta conforme

Thomas Pinto da Silva

CARTA DO GOVERNADOR DE MINAS GERAIS AO VICE-REI DO BRASIL

Ilmo. e Exmo. Snr. Pelas averiguações mais exatas que tenho mandado fazer afim de conhecer o estado de força em que se acha a gente que está nas terras ao de lá do Paraíba, distrito de Macacu, extraindo e extraviando as suas riquezas clandestinamente, independente da resposta que todos os dias estou esperando de V.Excia. à minha carta datada de 15 do mes de fevereiro do presente ano, sobre o mesmo importante objeto, para se poder efetuar a diligência de se destruir e evitar semelhante extravio, conforme Sua Majestade o tem ordenado. Acabo de conhecer que das ditas terras sairam para essa Capital os Cabeças dos ditos extraviadores, que são Joaquim Lopes, Dionizio Lopes, irmãos de José Lopes, que já se acha preso nessa Capital, levando consigo também um cabra que eles trazem furtado, que é cativo da viúva do Montijo, moradora no Registro Velho, e com o designio de saberem ao mesmo tempo em Macacu, dos fornecimentos que lá se acham, prontos por ordem de V.Excia, pela notícia que já lá tem, de serem para as Tropas com que V.Excia os quer mandar prender. José dos Santos Silva, morador no Porto da Estrela, com designio de ir valer-se de V.Excia para lhe perdoar o crime, que cometeu, de ter vindo extrair ouro nas ditas terras com oito escravos. E o célebre Manoel Henriques, denominado Mão de Luva, o qual é bem conhecido, por ser aleijado da Mão direita, e trazer sempre na mesma uma luva calçada. O que participo a V.Excia. para que V. Excia. queira, logo que receber esta, mandá-los prender, pelo quanto das sobreditas prisões depende a felicidade de ser feita a Diligência de se destruir o sobredito extravio por uma vez, conforme Sua Majestade é servida.

Deus guarde a V.Excia.- Villa Rica, 12 de abril de 1786 // Snr. Luiz de Vasconcellos e Souza // Luiz da Cunha Menezes. //

Está conforme. Thomas Pinto da Silva.

2- AS ENTRADAS CLANDESTINAS NA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO

O vigoroso movimento que levou tantos homens arrojados a penetrarem no interior do imenso e perigoso território do Brasil do século XVII, deixou um apreciável saldo de realizações no processo de conquista da terra e de sua colonização.

Fascinados pelas maravilhosas perspectivas de grandes riquezas representadas pela descoberta de minas de ouro e de prata e pela captura de selvícolas para serem vendidos como escravos por altos preços; animados pela existência de rios que corriam para dentro, constituindo caminhos naturais de penetração e, finalmente, excitados pelo desafio de montanhas virgens, cujos topos desejavam galgar para o ávido vislumbre de novos horizontes -- lançaram-se à temerária empresa aventureiros de várias procedências, em Minas Gerais, Bahia, Goiás e Mato Grosso. (Azevedo, Fernando de, 1943, pg. 46).

Muitos sertanistas aceitaram ofertas do govêrno Português para se dedicarem à pesquisa mineral. Em 1695 descobriu-se ouro em Minas Gerais. O extrativismo do ouro e do diamante foi um fator decisivo no povoamento da Região Centro-Sul, resultando daí a ampliação dos centros urbanos, grande diversificação social e a colocação do Brasil como o centro econômico dos domínios de Portugal.

Em consequência, a produção brasileira de ouro, mesmo se processando por meios rudimentares, alcançou, em meio século (de 1710 a 1760) um volume "equivalente a cinquenta por cento de todo o ouro produzido no mundo, nos três séculos anteriores, e igual a toda a produção da América, de 1493 a 1850!" (idem).

Esse apogeu da produção aurífera ocorreu justamente quando os nossos produtos de exportação barateavam, sob a depressão européia. A exploração do precioso metal veio então desafogar a economia portuguesa e ainda proporcionar grandes lucros à Inglaterra, através de vínculos comerciais sumamente vantajosos mantidos com Portugal.

Para atender a pagamentos da balança comercial, o ouro brasileiro ia ter de Portugal à Inglaterra, onde, remunerando melhor suas mercadorias, contribuiu decisivamente para a expansão dos negócios e da produção, capacitando os ingleses para a conquista de novas colônias. (Simonsen, Roberto C. 1944-II- pág. 43).

Quanto ao Brasil, embora o ouro tivesse escoado para a Europa sem a contrapartida de seguros empreendimentos aqui, -- sua exploração resultou em fatos positivos como: a) ocupação de nossos sertões pela migração centro-sul; b) criação de um grande mercado de gado e tropas; c) progresso da cidade do Rio de Janeiro; d) concentração e formação de capitais (escravos e tropas) que veio facilitar a implantação da lavoura cafeeira no Vale do Paraíba.(Simonsen, Roberto C,1944-II-págs. 44/45).

Por mais que se fale, nunca será exagerado ressaltar a importância do assim

chamado ciclo do ouro no processo de tomada de posse do território brasileiro.

Os primeiros caminhos, as primeiras picadas que se abriram nos extensos sertões, de matas virgens, índios aguerridos e tantos perigos e desafios, foram abertos por ambiciosos sertanistas, alguns a serviço do governo; outros por conta própria, ilegalmente, marginalmente, mas sempre levando padrões culturais de sua terra natal, da sociedade onde nasceram e foram criados. (Cf. Cap. 7).

E, aonde as autoridades não alcançavam, ou de onde nem tinham conhecimento, pela atenção voltada para tantos outros lugares, para tantos outros problemas ou interesses, envolvidos pela imensidade de uma Colônia-Continente, -- iam esses aventureiros, dando tudo de si, tudo arriscando, realizar obra pioneira, na vanguarda da ocupação da terra pelo homem civilizado.

E certo que esses homens eram movidos pela ambição da riqueza. Não se lançavam a tão espinhosas aventuras com o pensamento voltado para o bem-estar geral da humanidade!... Mas nisso eles não diferiam em demasia daqueles que, de seus gabinetes luxuosos, ordenavam a organização da guerra, na defesa de interesses que, por serem estatais, nem porisso deixavam de interessar-lhes pessoal e diretamente, pelas vantagens, algumas legais, outras extraordinárias, que sem dúvida lhes animavam os espíritos!...

Eram empresas arrojadas, a que se lançavam com todas suas energias e habilidades, e cujo porte podemos avaliar pelo conhecimento que temos acumulado, das condições daquelas paragens, na época.

Não é outra a opinião de Fernando de Azevedo, ao dizer: *"Quando se pensa nos obstáculos de toda ordem que tinham de vencer os sertanejos, à frente de suas tropas e boiadas, e os bandeirantes, nas suas entradas pelo sertão, à caça do índio,ou à procura dos terrenos auríferos, não se pode deixar de reconhecer, neste movimento estupendo de expansão territorial, as fundações robustas em que, no interior, começou a erguer-se a estrutura da nação. A tomada de posse, pelo homem, do meio geográfico, eriçado de florestas virgens, amuralhado de montanhas, embolado nos espigões, apaulado nos pantanais e recortado de rios imensos, que se irradiam e se cruzam em quase todos os sentidos, para o mar e terra a dentro, é uma epopéia selvagem, em que irrompeu, com toda a grandeza do esforço humano e no quadro imenso dos labores, das penas e dos sacrifícios "uma das afirmações vivas e autênticas do sangue brasileiro nas ásperas terras" que conduziam às pastagens e às cidades, ao litoral e à mineração, nos fluxos e refluxos das vagas sertanejas. Certamente, no fundo do quadro, formigava a escravaria negra, nas terras da mineração, sobre o leito dos rios ou ao pé das montanhas, ou se agitava a massa dos selvícolas que, escravizados em cada uma das expedições, desciam aos milhares de cada vez, para serem distribuídos ou vendidos a baixo preço nas cidades e vilas do litoral."* (Azevedo, F., 1943 - pág.49).

Existem documentos, da época, que dão conta da extrema dificuldade de penetração nos sertões auríferos do território da en-

VILA RICA

VILA RICA

"Em 1818, Vila Rica foi elevada a capital da Província de Minas Gerais e sede da Comarca de Ouro Preto. Em 1824 foi erigida em cidade imperial, sob o nome de Ouro Preto. Está construída na encosta da montanha chamada Morro da Vila Rica e estende-se pelo vale banhado pelo ribeirão de Ouro Preto ou do Carmo, que desemboca no Rio Doce, separando assim o Morro de Vila Rica do Itacolomi, cujo pico se eleva a 5.000 pés... as casas, na sua maioria de dois andares, tem em geral o aspecto arquitetural das cidades portuguesas, à exceção dos telhados, construídos em ponta, como no norte da Europa, o que se compreende melhor em Vila Rica, em razão do clima e da altitude, do que nos portos do Brasil, onde são, no entanto, tão comuns." (RUGENDAS, VPAB, pág. 33).

tão Província do Rio de Janeiro. Fala-se de uma "barreira natural" de mato virgem quase impenetrável, a dificultar sobremodo a passagem da Capitania de Minas Gerais para a mencionada Província. Todavia, e apesar das dificuldades, dão-nos eles ciência de que, em 1785, aventureiros já haviam penetrado naquelas longinquas paragens, estabelecendo contato com populações de Campos dos Itacazes e até da Capitania do Spirito Santo!...(DOC. 1).

As autoridades se ocupavam com a penetração, organizada e legal, cuidando dos interesses da Coroa, que tinha no comércio do ouro e das pedras preciosas a sua principal atividade de exportação, ao mesmo tempo em que exerciam severa vigilância sobre as regiões promissoras, consideradas "áreas proibidas".

São inúmeros os episódios de repressão a aventureiros que, clandestinamente, penetraram nessas áreas, procedendo a uma exploração ilegal, que, além de lesar os reais interesses, contribuia ainda para o surgimento de povoações marginais, isto é, com vida econômica e social alheia ao sistema legal vigente no resto do país.

Os animadores resultados da mineração levaram a Coroa Portuguesa a promover o aprimoramento do mecanismo de controle da exploração aurífera em todo o país. Vila Rica era o centro nervoso dessa formidável organização burocrática, que investia contra os "defraudadores da Coroa", isto é, aqueles que garimpavam clandestinamente.

Era expressamente proibido o trânsito de ouro em pó. Ele deveria ser fundido em barras nas Casas de Registro do Ouro e, após o pagamento do quinto, isto é, ser dada ao Tesouro Real a quinta parte do re-

ferido produto, podia circular em barras que portavam a real chancela.

Na procura do ouro, cada vez mais distante, e na fuga às autoridades, cada vez mais próximas, os aventureiros desbravadores foram abrindo novos caminhos e fundando núcleos que mais tarde vieram servir de pontos-de-apoio para a organização de uma estrutura agrária estável.

Um desses aventureiros, o cidadão português Manoel Henriques, cognominado Mão de Luva, dirigiu-se com seus companheiros para o vale do rio Paraíba do Sul, vindo a explorar seus afluentes, notadamente os rios Grande, Macuco e Negro. (DOC. 36).

Mão de Luva, assim conhecido por usar uma luva na mão direita, (DOC. 15), talvez aleijada em combate, parece ter sido um homem de extraordinária tenacidade, capacidade de realização e liderança. Tenacidade para enfrentar a dureza da vida de desbravador e pioneiro, lutando constantemente contra o meio hostil: as feras, os índios, as doenças e os agentes do governo; capacidade realizadora para edificar, arrostando todas as dificuldades do meio e de sua condição de fugitivo, um núcleo populacional que, em 1784, compunha-se de cerca de 200 moradias, onde viviam crianças já dali naturais. Era uma povoação que se bastava, graças à economia de subsistência. Plantava-se muito milho e feijão, o bastante para abastecer uma considerável população. Haja vista que, à chegada das tropas que lá foram desalojar os contraventores, havia, plantados, cerca de 3 alqueires de feijão e, estocados, 600 de milho. (DOC. 14).

GUERRILHAS

GUERRILHAS

Houve muitos problemas entre brancos e índios, inclusive massacres, que eles executavam à moda da guerrilha.

A tática geralmente usada pelo índio consiste em, depois de estudar cuidadosamente o sítio do inimigo, atacar de surpresa, especialmente à noite, após atear fogo às árvores circunvizinhas e armar armadilhas para surpreender os fugitivos.

Ardilosos e valentes, sabiam também agir com crueldade, matando até mulheres e crianças e não raro devorando-os em ruidosos festins.

A determinação colonizadora da Coroa Portuguesa em relação aos Sertões do Macacu se evidencia nos atos de sua Soberana Raînha, D. Maria I,(1)que, em cartas de 8 de janeiro de 1785, ordena ao Vice-Rei do Brasil, Luiz de Vasconcellos e Souza, e ao Governador da Província de Minas Gerais, Luiz da Cunha Menezes, providências para que fosse desalojado *"daqueles Sítios, pela Tropa de Minas Gerais, o famoso Corpo de Contrabandistas e extraviadores, que se tem ali despoticamente congregado, e o modo mais seguro, nas presentes circunstâncias,porque se devem praticar as mais providências, de que V.Excia. se lembra, tanto para o referido fim como para se conseguirem as utilidades que se podem esperar, sendo ocupados aqueles Terrenos por pessoas úteis e industriosas, debaixo das regras e regulações, que forem mais acomodadas, e próprias ao Sítio, Distrito e Confim do mesmo Sertão."*(DOC. 11).

Mas as entradas clandestinas na região já haviam sido denunciadas, em maio de 1784, através de carta que, no dia 19, o Governador de Minas Gerais remetera ao Vice-Rei do Brasil, citada em carta deste para aquele em 24 de dezembro do mesmo ano:... *"a respeito das entradas e comunicações clandestinas praticadas dessa para esta Capitania, pelos matos e sertões que abrem passagem para a Serra dos Orgãos e distrito de Macacu, por homens facinorosos já pronunciados em devassas a que aqui mandei proceder, por contrabandistas e extraviadores das riquezas daquele extenso Sertão"*.(DOC. 7).

Da relação dos reus pronunciados nas devassas sobre os extravios do ouro do "novo descobrimento" realizadas no Rio de Janeiro, constam:

1. Diogo Alvares e seus filhos: 2.Jo-

ão de Souza Lima e 3.Leandro de Souza, 4.Felício Martins, 5.Joaquim Lopes, 6.Dionizio Lopes, 7.Carlos Antonio Pegado, 8.Manoel Henriques, por alcunha= Mam de Luva, 9.Antonio Barboza, 10.Manoel Rodrigues, 11.o tenente José Antonio Lima, chamado o Paraizo, 12.José da Silva Leite, 13.Nazario, preto, seu escravo, 14.Francisco Vieira Bezerra, 15.Antonio de Novaes, 16.Francisco Pegado, 17.Agostinho de Abreu Castellobranco, que anda com o nome de Francisco de Paula, 18.Onofre Bernardes, 19.José, preto. (DOC. 7).

Para evitar as entradas clandestinas, o Vice-Rei recomendou, em várias oportunidades, que se obedecesse a "*disposições para segurar e guarnecer os Portos e Passagens que tem ou podem ter comunicação para esta Capitania, não só pelos importantes distritos de Macacu, Campos dos Goitacazes e Cabo Frio, que são mais arriscados pela sua situação, mas ainda pelos mais, por onde podia haver alguma desconfiança e até pelo da Capitania do Espírito Santo, que por um bem fundado receio abre entrada para o mesmo Sertão.*"(DOC. 11).

Podemos, com base nessas recomendações, avaliar a extensão da atuação dos contrabandistas de ouro, em território fluminense, desde a divisa com Minas Gerais, em Porto do Cunha, margens do Rio Paraíba do Sul, penetrando nos Sertões do Macacu, mais tarde Cantagalo, e chegando, em sua confrontação com o atual Município de Cachoeiras do Macacu, ao vale do Rio que lhe deu o nome.

Daí para a frente, acham-se o Rio de Janeiro e Cabo Frio a sudeste; Campos dos Goitacazes e a Capitania do Espírito Santo na direção nordeste.

Procuravam os contrabandistas, naturalmente, o litoral, de onde pudessem enviar o produto de seus "extravios" para o exterior, em busca de mercado condizente com o seu volume e valor. Disso não há dúvida quando tomamos conhecimento de correspondência enviada pelo Governador de Minas Gerais ao do Rio de Janeiro, em 20 de junho de 1786, solicitando que se efetuasse a "*apreensão dos principais cabeças nessa Capital, por ter tido a inteligência devida às minhas prevenções, de eles terem saído do sobredito Descoberto para essa mesma Capital, com o fim de assistirem aos Ofícios Divinos da Semana Santa, e darem ao mesmo tempo a costumada e clandestina saída ao ouro extraviado do sobredito Descoberto*".(DOC. 20).

NOTAS DO CAPITULO DOIS

---

(1) D. MARIA I, a Piedosa, raínha de Portugal, de 1777 a 1816. Em 1792, afetada psicologicamente pelos acontecimentos na França, perdeu a razão, sendo substituída por seu filho, o Príncipe D. João, depois D. João VI, com o qual veio ao Brasil, em 1807, onde faleceu, nove anos depois. (Dicionário Prático Ilustrado de Jayme de Seguier).

3- LISBOA EXIGE A DESTRUIÇÃO DO GARIMPO CLANDESTINO

A energia com que o Governador de Minas ordenou a realização da diligência nos Sertões do Macacu, prende-se ao fato de ter sido pressionado pela Corte do Marquês do Lavradio, Vice-Rei do Estado do Brasil, que exigiu a destruição da mineração clandestina do Macacu. O Marquês havia recebido uma carta de Lisboa com essa recomendação, e outra, com ordens análogas, endereçada ao governo de Minas Gerais, que era, na ocasião, o que dispunha (acreditava-se) de melhores condições materiais e humanas para levar a bom termo a missão.

O documento, expedido de Lisboa em 8 de janeiro de 1785, assinado por Martinho de Mello e Castro (1), é citado por Luiz de Vasconcellos e Souza em 21.01.86, o qual fala das condições do recebimento, configurando uma ação conjunta Rio-Minas, *"a fim de se reprimirem, de uma vez, as continuadas desordens e extorsões que se tem praticado no novo Descoberto do Sertão e Cachoeiras de Macacu; estabelecendo-se os mais precisos meios porque deve ser desalojado daqueles sítios, pela tropa de Minas Gerais, o famoso Corpo de Contrabandistas e Extraviadores, que se tem ali despoticamente congregado, e o modo mais seguro, nas presentes circunstâncias, porque se devem praticar as mais providências de que V.Excia. se lembra, tanto para o referido fim como para se conseguirem as utilidades que se podem esperar, sendo ocupados aqueles terrenos por pessoas úte-*

LAVAGEM DE OURO
perto de Itacolomi

LAVAGEM DE OURO

O vigoroso movimento que levou grande numero de aventureiros ao interior do Brasil, em busca de riquezas, constituiu, segundo Fernando de Azevedo, uma "epopéia selvagem", que configurou uma situação ímpar de progresso, impulsionado por uma expressiva força resultante da soma dos esforços de muitos indivíduos corajosos e tenazes.

"Certamente, no fundo do quadro, formigava a escravaria negra, nas terras da mineração, sobre o leito dos rios ou ao pé das montanhas, ou se agitava a massa dos selvícolas que, escravizados em cada uma das expedições, desciam aos milhares de cada vez, para serem distribuídos ou vendidos a baixo preço nas cidades e vilas do litoral." (Azevedo, F., 1943 - pág.49).

is e industriosas, debaixo das Regras e Regulações que forem mais acomodadas e próprias ao Sítio, Distrito e Confim do mesmo Sertão." (DOC. 11).

As ordens de Lisboa eram claras e precisas: vedar as entradas para o Sertão; prender os contrabandistas; consentir a ocupação das terras por homens industriosos e obedientes às leis.

Não tardou, contudo, o surgimento de divergências entre os governos do Rio de Janeiro e de Minas Gerais sobre a maneira do cumprimento das reais determinações.

Já em 24.12.1785, o Vice-Rei do Brasil cobra, do Governador de Minas Gerais, uma ação mais consentânea com as ordens de Sua Majestade, *"pelas quais me parece estar proibida toda e qualquer diligência mais ativa e mais precipitada"* (DOC. 7).

Com efeito, ele reforça essa posição ao comentar: *"Sendo tanto da Recomendação de Sua Majestade a prisão dos ditos facinorosos, e a remessa deles para esta Capital, me pareceu mandar extrair essa Relação dos que aqui se acham pronunciados, para remeter a V.Excia., e sendo mais importante que tudo segurar o Chefe dos mesmos facinorosos, o famoso Manoel Henriques, por alcunha Mão de Luva, -- espero que V.Excia. possa começar esta Diligência por mo remeter, visto ser notório, nesta Capital, que ele, Mão de Luva, tem acompanhado e acompanha o Sargento Mór Pedro Affonso Galvão de São Martinho nas diligências em que aquele oficial se emprega por ordem de V.Excia., o que será um feliz princípio de execução das Ordens de Sua Majestade".* (idem).

Realmente, segundo determinações da

Coroa Portuguesa, Mão de Luva e seus companheiros deveriam ser presos, à força de armas, e remetidos ao Rio de Janeiro, para que se estabelecesse no local uma exploração regular e legal do ouro e demais riquezas ali existentes.

Não é demasiado lembrar que o erário português contava com o ouro do Brasil para fazer face às suas necessidades econômico-financeiras e ainda alimentar a voracidade do capitalismo inglês.

Pode-se concluir então que a exploração aurífera executada por Mão de Luva e seu bando em Cantagalo atingiu a níveis importantes, justificando plenamente a preocupação das autoridades, daqui e dalém mar -- em pôr fim ao extravio dos recursos naturais desta parte da Colônia.

NOTAS DO CAPITULO TRES

---

(1) MARTINHO DE MELLO E CASTRO, estadista português, nasceu em Lisboa (1716-1795). Ministro da Marinha no reinado de D. Maria I, teve as mais inteligentes e ousadas iniciativas, reformando completamente todos os ramos do serviço naval. (Dicionário Prático Ilustrado - Jayme de Seguier).

4- PROVIDÊNCIAS DO VICE-REI EM RELAÇÃO ÀS ÁREAS PROIBIDAS

O inicio do movimento que culminou com a invasão, por tropas governamentais, dos Sertões do Macacu, e a consequente prisão de Mão de Luva e seus companheiros, encontra-se na Europa - para onde ia o ouro de Cantagalo, contrabandeado via cidade do Rio de Janeiro.

Detalhes sobre a organização do contrabando, seu montante, ramificações etc., ainda não foram encontrados. Sabe-se, contudo, que, na época em que Mão de Luva atuava no Macacu, vários contrabandistas foram presos no Rio de Janeiro e na Europa, sendo razoável supor-se a existência de conexões entre estes e aquele, não só pela necessidade da colocação do produto num mercado com capacidade financeira para adquiri-lo, como pela atuação decidida e enérgica da Coroa Portuguêsa na repressão ao extravio, no referido Descoberto.

A presença do Luva e de seus companheiros, considerados "Cabeças do Bando", no Rio de Janeiro, foi comunicada pelo Governador de Minas ao Vice-Rei, em carta de 20.06.1786, na qual afirma "*ter tido a inteligência devida às minhas prevenções de eles terem saído do sobredito Descoberto para essa mesma Capital, com o fim de assistirem aos Ofícios Divinos da Semana Santa, e darem ao mesmo tempo a costumada e clandestina saída ao ouro extraviado do sobredito Descoberto*".(DOC. 20).

Segundo determinações vindas de Por-

tugal, as Capitanias realizariam uma operação conjunta contra os contrabandistas.

É por isso que o Vice-Rei informa a Luiz da Cunha Menezes, em 17 de janeiro de 1786, estar aguardando o seu último aviso para então, e ao mesmo tempo, poder *"prosseguir nas mais diligências que Sua Majestade igualmente manda praticar por esta Capitania"*. (DOC. 10).

Preocupado com a demora na prisão do Luva, que o Governador de Minas adia, sob a alegação de estar procurando despistar a população e mesmo de pretender utilizá-lo na conquista do Descoberto, -- recomenda D. Luiz de Vasconcellos e Souza, após ressaltar a importância do *"famoso Chefe Manoel Henriques, por alcunha o Mão de Luva"*, que o mesmo seja mantido *"seguro em sua própria casa"*, parecendo-lhe ser *"muito necessário que ao mesmo tempo se hajam de tomar as mais prudentes cautelas que pede o caso, de modo que, sem lhes dar o mais leve indício de algum procedimento que se possa intentar contra eles, hajam de ser vigiados e efetivamente guardados debaixo de algum aparente pretexto...a fim de que, ficando tão bem seguros por este meio, nem possam escapar-se quando forem procurados, nem se deixe de executar também o que Sua Majestade tem recomendado a este respeito, como uma parte muito essencial desta Diligência."* (idem).

O Vice-Rei do Brasil demonstrou, em todos os seus pronunciamentos, grande zelo no cumprimento das Reais determinações, assim como uma constante e crítica vigilância sobre seus subordinados.

Vemos, ao longo do processo, várias discordâncias em relação a procedimentos adotados pelo Governador da Província de Minas Gerais, que culminou numa verdadeira

"contenda epistolar".

Esse duelo verbal em torno da grande riqueza apreendida dos contrabandistas pelo Governo de Minas Gerais, que se recusou a remetê-la ao Rio de Janeiro, será melhor exposto e analisado no capítulo oitavo desta obra.

5— PROVIDÊNCIAS DO GOVERNO DAS MINAS GERAIS —— SÃO MARTINHO E TIRADENTES. O SISTEMA DE ENGANO.

D. Luiz da Cunha, governador de Minas Gerais, baixou portaria (16/04/1784), designando o Sargento-Mor do Regimento dos Dragões, Pedro Affonso Galvão de São Martinho para, juntamente com um grande conhecedor da região, Manoel Rodrigues da Costa, Coronel do Primeiro Regimento de Cavalaria de Auxiliares do Rio das Mortes, realizar uma diligência cujo objetivo era averiguar as chamadas "áreas proibidas", verificando qual o melhor modo de levantar barreiras eficazes à salvaguarda dos interesses da Coroa contra a invasão da zona aurífera por aventureiros.

Também foi ordenado ao alferes Joaquim José da Silva Xavier, mais tarde cognominado "Tiradentes", perito em levantamentos mineralógicos e estratégico-militares, acompanhasse São Martinho nessa empresa, podendo requisitar do Coronel Manoel Rodrigues os homens de que necessitasse.

Tiradentes deveria investigar o potencial aurífero, a configuração do terreno e da rede hidrográfica, verificando as possibilidades de penetração, para a implantação de postos avançados, e ainda a situação exata dos moradores: número de pessoas, forças de que dispunham e ocupações a que se dedicavam. Seu relatório teria que descer a minúcias, como a localização exata dos rios (navegabilidade, con-

dições de travessia), a existência e condições de tráfego de estradas e caminhos abertos de Minas Gerais para a Capitania do Rio de Janeiro. Ninguém poderia voltar a Vila Rica sem o cumprimento total da missão.

A participação de Tiradentes na conquista de Cantagalo, fato ocorrido há apenas 5 anos da Inconfidência Mineira, pode ser uma chave importante para a compreensão dessa controvertida figura de mártir e conspirador.

Sabe-se que Tiradentes, reconhecido pelas autoridades como competente perito em assuntos mineralógicos, havia fracassado em vários empreendimentos comerciais e, como soldado, tinha sido preterido nas promoções, permanecendo estacionário no posto de alferes, apesar do bom desempenho em missões bastante perigosas, envolvendo a vigilância dos caminhos e registros. (Encic. D.L., 1970, vol.14, págs. 6673/4).

Há uma coincidência cronológica entre dois fatos que se relacionam estreitamente, através da pessoa de Tiradentes, ambos ocorridos em 1787: 1) A distribuição das "datas" minerais de Cantagalo entre vários cidadãos; 2) A mudança do alferes de Minas Gerais para o Rio de Janeiro, objetivando "fazer dinheiro" com os planos de trapiche e canalização de água, de sua autoria.

E bem provável que Tiradentes houvesse pretendido uma recompensa à altura dos serviços prestados ao governo, que poderia ter-se traduzido na concessão de uma "data" mineralógica em Cantagalo, concomitantemente com uma promoção na carreira militar. Isto não aconteceu. O certo é que logo depois de sua mudança para o Rio de Ja-

neiro, vemo-lo conspirando contra a Coroa, na articulação da "Conjuração Mineira" e, dois anos depois, preso, para, daí a três anos, ser enforcado como o principal responsável pela grave sedição.

O episódio de Cantagalo se constituiria, portanto, para a vida do famoso alferes, no divisor de águas entre a legalidade e a clandestinidade -- a última oportunidade que ele teria dado aos homens do poder para fazerem justiça a um competente servidor.

Ao fazermos estas conjeturas que, apesar de baseadas em fatos verdadeiros, não passam de conjeturas, não queremos, de maneira alguma, diminuir o valor moral e espiritual de um grande vulto da Pátria Brasileira que é, incontestàvelmente, JOAQUIM JOSE DA SILVA XAVIER, o TIRADENTES. Estamos tentando compreende-lo como um ser humano que, embora especial, estava naturalmente sujeito às esperanças e anseios de progresso na vida material, profissional e social, que todos nós acalentamos. E pensamos que, a ser exato o que conjeturamos linhas acima, isto de nada diminuiria o valor do nosso herói, como de resto, e sem querer reduzir uma figura na outra, ocorre com MANOEL HENRIQUES, o MÃO DE LUVA, o qual, embora não atendesse às leis emanadas de Portugal e aqui sancionadas pelos seus régulos, afigura-se-nos como um autêntico DESBRAVADOR PIONEIRO das terras de Santa Cruz!

Uma outra idéia que temos sobre Tiradentes e que igualmente não podemos comprovar de modo incontestável, mas que se apoia em fatos reais, refere-se à sua condenação com a pena máxima, diferentemente do que ocorreu com os demais conspiradores. Alguns estudiosos afirmam que Tira-

dentes era um idealista ingênuo, que se deixou pegar fàcilmente; outros, acentuam o seu desprendimento, assumindo toda a culpa e tentando inocentar seus companheiros. Tudo isso pode ser parte da verdade. Mas se levarmos em conta sua vida pregressa, as diligências de que se desincumbiu com grande competência, a experiência em adentrar os sertões, a missão de vigilância dos caminhos...podemos concluir que, de todos os inconfidentes era Tiradentes O MAIS PERIGOSO, um homem capaz de realmente liderar uma revolta armada contra o govêrno!

Um homem assim não poderia continuar vivendo!

Mas voltemos às providências que o governador de Minas, D. Luiz da Cunha Menezes, instado pelo Vice-Rei do Brasil, D. Luiz de Vasconcellos e Souza, este pressionado pela Corte de Lisboa -- resolveu adotar com a finalidade de dar fim à exploração clandestina do ouro nos Sertões do Macacu.

Mandou uma "carta de engano" (1) ao Sargento São Martinho, para ser entregue ao Mão de Luva, através do Comandante da Guarda do Porto do Cunha, Custódio Pinheiro de Faria, na qual prometia repartir com o povo local todas as terras, legalizando-se a mineração. Ordenou ainda aos seus subordinados que tentassem convencer os habitantes dos Sertões ao plantio de roças de alimentos, que o governo adquiriria por bons preços, pagando o milho a dois oitavos e meio.

Eis alguns trechos dessa carta, assinada por São Martinho:

"1- Parece-me que é chegado o tempo dos moradores de Minas se utilizarem das riquezas do Descoberto do Macacu, ou Cachoeiras dos Rios dos Mundeos, com descanso e fartura. Pode dar os parabéns às pessoas que lá se acham, assegurando-lhes que, se tiverem muito mantimento, se lhe há de pagar a dois oitavos e meio, até três, e assim a V.Mercês será bom ajustarem-se com eles para cuidarem no milho catete, e feijão que tiverem plantado quanto ao mais que aí há de ser necessário, de cá irá com abundância.

2- Também pode V.Mercê assegurar aos que estão no Descoberto que, depois de se tirar a data de El-Rey, hão de ser eles os que se hão de seguir, e também vós, pois se lhe deve todo o trabalho.

3- Para abril ou maio, sairemos desta Capital com o Guarda Mor, que há de ser desse Descoberto, e com alguns soldados para guarnecerem os destacamentos que se devem criar de parte do mar e Serra dos Orgãos, para se evitarem os extravios, e que se abram estradas para o Rio de Janeiro, e como os que lá estão sabem bem as trilhas, espero que eles queiram estar aí para mas mostrarem.

4- Todos os que lá ficarem hão de vencer milho, farinha e capim para os seus cavalos por sua conta, assim como V.Mercê.

5- Cuide em fazer no Descoberto algum ranchinho para mim e para o Guarda Mór, Capelão e ajudante do cirurgião, seu irmão Euzébio, e talvez que vá também furriel Domingos ou Manoel José Dias, e José de Deos, quanto para os mais eles se arrumarão. Cuide também em dirigir picada Rio Paraíba abaixo da parte de cá, porque, eu

lá chegando os escravos hão de fazer logo caminho para nos ficar mais fácil o transporte dos mantimentos.

6- Dê recomendações a todos os camaradas que agora estarão mais contentes que quando lá ficaram e estimo que tenham tão boa ocasião de se aproveitarem, assim como eu o hei de fazer" (DOC. 9).

Por sua vez, o Vice-Rei comunicava ao governador de Minas que mandaria, do Rio de Janeiro, 600 homens, para, indo ao encontro das tropas mineiras, cercar os habitantes do Macacu. Este, no entanto, ponderou que se deveria esperar o efeito da carta de engano, e considerou desnecessário tal cerco, pois já possuia gente o bastante e treinada em guerra de sertão, sendo conveniente apenas o envio, do Rio para Minas, de 500 armamentos completos, e munição. (DOC. 12).

Se o Vice-Rei possuisse uma bola de cristal, jamais teria deixado de mandar uma tropa para participar da conquista do Descoberto do Macacu. Teria exercido uma estreita vigilância sobre os comandados do "astuto" governador de Minas Gerais e assim a Provincia do Rio de Janeiro não teria, talvez, amargado a perda de uma verdadeira fortuna em ouro em pó!

Mas isso fica para o final da História!...

Da importante diligência nos Sertões do Macacu foram incumbidos militares de certa importância, como São Martinho e Rodrigues da Costa.

Manoel Rodrigues da Costa era Coronel do Primeiro Regimento do Rio das Mortes.

Sua missão era averiguar sobre locais onde poderiam se estabelecer registros e patrulhas para a vigilância das fronteiras.

Quanto ao Sargento-Mor Pedro Affonso Galvão de São Martinho, era natural da localidade de Campo Maior, em Portugal. Veio para o Brasil em 1775, tendo sido transferido do Regimento do Alentejo para o Regimento dos Dragões de Minas.

E curiosa a propalada preocupação de Luiz da Cunha Menezes com uma pretensa invasão de Minas Gerais a partir do Rio de Janeiro, quando o que realmente vinha acontecendo era justamente o contrário!

E note-se que a fuga dos faiscadores de Minas Gerais para o Rio de Janeiro tinha como causa a severa vigilância do governo, tão pressuroso em cobrar o quinto para a Coroa Portuguesa e, quem sabe, em abocanhar, sem penas, o fruto do trabalho, legal ou não, dos que se dedicavam à pesada faina da mineração!

Minas Gerais, em termos de ouro, já não era a mesma!... Estava entrando em franca decadência, involuindo para uma lavoura de subsistência, enquanto na Província do Rio de Janeiro ainda havia ouro, que, mais tarde, veio, realmente, a ser substituído por extensas plantações, o que lhe valeu um admirável desenvolvimento econômico-social, no conhecido ciclo do café.

Passível de severas críticas é o "Sistema de Engano", introduzido nas Diligências pelo Governador das Minas Gerais.

Essas cartas mentirosas, cheias de promessas vãs, caracterizam um governo que

se pauta pelo maquiavelismo mais tacanho e ignora a ética e a moral!

Seu emprego pode também mascarar, sob a propalada intensão dę obter êxito poupando vidas e gastos materiais, -- o oculto desiderato de localizar e apropriar-se de grandes riquezas, veladamente, à margem da lei e dos sadios princípios administrativos.

NOTAS DO CAPÍTULO CINCO

(1) CARTA DE ENGANO - Documento oficial, no qual a autoridade promete vantagens enganosas ou falsas a pessoas e/ou grupos que se opõem aos seus interesses.

6- CAMPANHA DO SARGENTO-MOR PEDRO AFFONSO DE SÃO MARTINHO NOS SERTÕES DO MACACU.

Dando prosseguimento à diligência de que havia sido encarregado pelo Governador de Minas Gerais (Portaria de 16/04/1784), chegou São Martinho às margens do Rio Paraíba do Sul, à altura da localidade de Porto do Cunha. Iniciou aí a confecção de canoas, para a travessia do caudaloso rio. Estava mesmo determinado a invadir os Sertões do Macacu!

Vendo-se em inferioridade bélica e talvez sentindo a quebra da resistência da população, psicológicamente minada pelas falsas promessas dos agentes do governo, Mão de Luva decidiu ir conferenciar diretamente em Vila Rica com o governador Luiz da Cunha Menezes, na esperança de serem válidos os termos da sua carta: clemência para os habitantes, que passariam a trabalhar legalmente.

Surpreso, porém satisfeito com o fato novo, Luiz da Cunha Menezes tratou Mão de Luva como um visitante ilustre, e mandou-o de volta a Macacu, levando uma carta para São Martinho, na qual selava a sorte do velho faiscador. Nesse documento (26 junho de 1784) recomendava a utilização de Mão de Luva como elemento valioso -- pelo conhecimento que tinha do sertão -- para o êxito da diligência, cujo objetivo verdadeiro era o total extermínio das atividades dos habitantes da região, a fim de que as terras fossem distribuídas a 40 pessoas livres, possuidoras de 150 a 200 escravos.

RIO PARAIBA

RIO PARAÍBA

Banhando os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, o Rio Paraíba do Sul foi parte destacada na história do Mão de Luva, que se inicia quando este o atravessa, com a finalidade de explorar ouro nos agrestes Sertões do Macacu.

Mais tarde, é o Sargento Mor Pedro Affonso Galvão de São Martinho que, com sua tropa, vence o caudaloso rio, com suas canoas, para alcançar o reduto do velho faiscador, onde o prende e aos seus companheiros.

O Rio Paraíba do Sul, após percorrer cerca de 600km, banhando inúmeras cidades de um vasto, fértil e progressista vale, deságua no Oceano Atlântico, no Município de Campos RJ.

-- que seriam em breve os novos senhores das preciosas "datas" minerais. (DOC. 5).

A preparação da invasão dos Sertões do Macacu prosseguiu, lenta porém decididamente.

Em 14.07.1784, o Governador de Minas, em carta ao Sargento Mór São Martinho, fala sobre várias providências referentes a mantimentos, cavalos, soldados, pedestres, armas, fardas e outros assuntos -- tudo convergindo para o propósito final das Diligências. (DOC. 6).

Documento de grande importância histórica, que oferece uma visão abrangente da questão do extravio do ouro nos Sertões do Macacu, é a carta que, em 24 de dezembro de 1785, remete o Vice-Rei do Brasil, D. Luiz de Vasconcellos e Souza, ao Governador da Capitania de Minas Gerais, D. Luiz da Cunha Menezes.

Diz o Vice-Rei que, diante da participação do Governador de Minas, feita em carta de 19 de maio de 1784, a respeito das entradas e comunicações clandestinas praticadas no Rio de Janeiro, por homens facinorosos, já pronunciados em devassas, -- Sua Majestade, a Rainha de Portugal, remeteu-lhe resolução, com ordens precisas para a destruição do garimpo clandestino naquelas paragens.

Refere-se também D. Luiz de Vasconcellos e Souza à urgente necessidade de se atacar nas suas próprias habitações e lavras, lançando-os fora delas,"os ditos facinorosos, prendendo-se os que se puderem colher".

Pede, a seguir, que lhe seja comunicada com alguma antecedência, a data em

que o Governador de Minas pretende expedir a sua gente, "para eu expedir a minha", -- oferecendo-se para enviar-lhe armamentos, munições de guerra ou qualquer coisa necessária.

Recomenda, finalmente, citando Sua Majestade, *"a prisão dos ditos facinorosos, e a remessa deles para esta Capital"*, dizendo que mandou extrair uma relação dos que foram pronunciados no Rio de Janeiro -- mas ressalta ser *"mais importante que tudo, segurar o Chefe dos mesmos facinorosos, o famoso Manoel Henriques, por alcunha Mão de Luva."* E arremata, enfaticamente: *"Espero que V.Excia. possa começar esta Diligência por mo remeter, visto ser notório, nesta Capital, que ele, Mão de Luva, tem acompanhado e acompanha o Sargento Mór Pedro Affonso Galvão de S. Martinho nas Diligências em que aquele oficial se emprega por ordem de V.Excia., o que será um muito feliz princípio de execução das Ordens de Sua Majestade"*.(DOC. 7).

São Martinho, em cumprimento às determinações do Governador, prepara-se para invadir o reduto de Mão de Luva, ordenando ao soldado José de Deos Lopes, o reconhecimento do local. Este, após cumprir a missão, informa, em 31.03.1786, que, tendo procedido às averiguações, no referido Descoberto verificou que lá se achavam 47 homens, entre brancos e pretos, sendo 17 libertos e 30 escravos. E passa a discriminar, entrando, a seguir, em outras considerações: *"Em um Rancho maior existem nele dez pessoas e vinte e dois escravos em ranchinhos separados, todos pertencentes ao dito Rancho. Distante deste primeiro Rancho um quarto de légua, acha-se outro rancho menor, em que existe um branco e*

três escravos. Distante do primeiro Rancho, para outro lado três quartos de légua, acha-se outro rancho em que existem seis pessoas libertas e cinco escravos, incluso o que efetivamente acompanha como os indios e um Joaquim Lopes e Dionizio Lopes, que nos dias em que lá estive entraram pela picada de Macacu e chegaram no dia 23 deste, a dar aviso aos outros, e retirar a sua gente, dizendo que se achavam prontos, em Macacu e na Estrela, e nos Campos, mais de três mil alqueires de farinha, e que passarão para esta Capitania, muitos caixões de armas para se dar neles por esta Capitania e pelo Rio de Janeiro. Porém eu capacitei-os, na forma que me industriou o meu Sargento Maior, além de outro aviso, que já lhe tinha levado o Luva, que lhe fez o Padre Felisberto por uma carta; porém com todas as notícias ficaram muito satisfeitos quando lhes certifiquei que da parte de Minas eu lhe daria parte de tudo quanto soubesse; e em minha companhia vieram alguns a este quartel, buscar alguma coisa de que precisavam; e os que vinham retirar a sua gente, vendo a minha comunicação com eles e as minhas promessas, já se resolveram a deixar a sua gente e ficaram de sair breve pela mesma picada a ir à Semana Santa ao Rio de Janeiro... Armas de fogo, acham-se mais de vinte, pois ainda alguns escravos tem. Mantimentos tem de seiscentos alqueires de milho para cima. Feijão acha-se plantado três alqueires...A comunicação com os Indios ainda a conservam... Na casa do Luva, só se acha a Mulher, e Filhos e um escravo e um pardo forro que se acha justo para trabalhar". (DOC. 14).

O Governador de Minas estava bem informado do andamento da Diligência, pois que, em 18.04.1786, escrevia para o seu

colega do Rio de Janeiro: "*Fiz sair desta Capital no dia 16 do corrente mes, o Sargento Maior do meu Regimento, Pedro Affonço Galvão de São Martinho, Comandante encarregado por mim da dita Diligência, a ir encontrar-se com as tropas que para o dito fim já eu tinha mandado pôr prontas com antecedência, e em certas distâncias, e todas aquelas mais disposições que me pareceram indispensavelmente necessário fazerem-se com a mais possível cautela, e sem o mínimo rumor, para o fim de poder ele entrar nos ditos Sertões e com mão armada fazer a dita Diligência,desde primeiro de maio próximo que vem, até o meiado do mesmo mês; o que comunico a V.Excia. e igualmente o farei do seu bom sucesso, logo que se conseguir tão felizmente como espero...*"(Doc.16).

Estava certo o Governador de Minas, ao prever que o climax da Diligência seria entre primeiro e meiados de maio.

No dia 13 de maio de 1786, o Sargento Mór Pedro Affonso Galvão de São Martinho, usando de habil estratagema, tomou, sem resistência, a povoação, prendendo Mão de Luva e mais 12 companheiros, com seus respectivos escravos.

Eis o relato do militar:

"*Tenho a honra de por na presença de V.Excia. que no dia 9 do corrente mandei passar à margem do Sul do Rio Paraiba, o Cabo de Esquadra José de Deos, com o Soldado José Antonio da Rocha, acompanhados de oito negros carregados de toucinho e cachaça, fingindo iam para o Descoberto a vender, e que explorassem os matos que se avistavam do Quartel, e como não acharam novidade, passei o Rio com a tropa que me*

acompanhava, no dia dez, e marchei até o Descoberto de Macacu, com a dita escolta de mascateação na frente,em distância de meia légua."

"No dia 13, por uma hora da tarde, fiz unir ao Corpo que me acompanhava, os oito negros da Carga de mascateação, e ordenei ao Cabo José de Deos, e Soldado José Antonio da Rocha fossem ao Descoberto e que persuadissem os salteadores que a dita mascateação havia de chegar no dia seguinte e que ele dito Cabo e Soldado deviam abrir a porta logo que eu chegasse pela meia noite, e que vissem se podiam tirar as escorvas às espingardas dos salteadores, o que executou o Soldado José Antonio em a Primeira Rancharia, onde estavam os homens mais desembaraçados ou mais doidos."

"Tres quartos de legua distante da Primeira Rancharia, em que estavam os Luvas, esperei que anoitecesse, então continuei a marchar com grandíssimo trabalho para aquelas montanhas, e matos, cheios de espinhos, até chegar perto da Lavra, aonde esperei pela meia noite. Logo que chegou esta hora, continuei a marchar, com os lugares assinalados para onde cada um devia seguir, e tomar-lhe as picadas que iam para as demais Rancharias, o que se executou com muita precipitação e desordem, falhando ao que eu lhes tinha ordenado, de forma que me foi preciso ao mesmo tempo assistir em quase todos os lugares, e levar muitos a seus postos a pancadas, e a fazer cessar os tiros e vozes de = mata, mata = que principiaram antes de entrarem nos seus postos, o que deu causa a fugirem seis negros, e o não fugirem os brancos se deve ao Cabo de Esquadra José de Deos, que se postou à porta com a espada do Luva na Mão, a defender a saída, e a pedir aos nossos que entrassem, ao que acodi, fazen-

do entrar e cercar a casa."

"O Luva desfechou a espingarda duas vezes sobre Jose de Deos, mas como estava sem escorva, desacorsoou, dizendo:"Estamos vendidos, o Cabo José de Deos é contra nós: Entreguemo-nos, e ninguém resista!"

"Mas o Cabo José de Deos sempre ficou com umas feridas na cabeça de polegada e meia, que os nossos lhe fizeram com uma bordoada, e escapou de um tiro de pistola que lhe passou perto da orelha esquerda, e ficou salpicado de grãos de pólvora, mas sempre deram com ele em terra,e nunca deixou a porta que defendia."

"Ao dito José de Deos se deve a maior parte do trabalho, e o bom êxito desta Diligência, e se faz digno de toda a mercê que V.Excia. for servido conferirlhe, e assim ao Soldado José Antonio da Rocha, que o acompanhou e ao Soldado Felipe Rodrigues. O Furriel Domingos Antonio, o Soldado Gabriel Mendes, e Francisco Felix, também se portaram com desembaraço. Os mais executaram o que lhes foi possível." (DOC. 18).

O Relatório de São Martinho contém, ainda, muitas informações, que virão à luz em outras partes deste livro. Dentre elas, destaca-se o conteúdo dos dois documentos transcritos a seguir:

PRIMEIRO DOCUMENTO:

Relação dos homens brancos, epardos forros que forão prezos na noute de 13 deMayo de1786 por ordem do Illmo. e Exmo. Senhor Luiz da Cunha Menezes Governador e Capitão General de Minas Gerais, nos Certoens de Macacu, Destr. da Capitania do Rio de Janeiro porandarem abrindo picadas novas

eextrahindo oiro.

Por onde entraram p.os certoens

1. MANOEL HENRIQ. o mão de LUVA - branco - Por Minas Gerais.

2. ANTONIO HENRIQ.Irmão do dito...brco. - Pello R.Piabanha,Capnia do R.

3. FELIX DA SILVA, Irmão do dito..brco. - Por minas Gerais.

4. IGNACIO DA SILVA, Irmão........brco. - Pello R. Piabanha,Capnia do R.

5) MIGUEL MONIZ...................brco. - Porminas Gerais.

6) JOZE JOAQ. DEFIGUEIRA..........brco. - Pello R.Piabanha,Capnia do R.

7) VICENTE FERREIRA...............brco. - Por Macacu Capnia do R.

8) ANTONIO ALVEZ..................brco. - Pello R. Piabanha Capnia do R.

9) MANOEL FERREIRA................brco. - Porminas Gerais.

10)MANOEL LUIS DE S.ANNA.........pardo. - Pello R. Piabanha

11)DOMINGOS ALVES FURTADO........pardo. - Por Macacu Capnia do R.

12)DOMINGOS DE SOUZA.............pardo. - Por Macacu Cpnia do R.

13)MANOEL GONÇALVES...............brco. - Foy prezo em Minas G.

por passador de Gente e

escravos para Descuberto de Macacu p/ onde entravão pelo Sebola
Destrito da Cpnia. do R. de Janeiro.

Villa Rica, 19 de Junho de 1786
PEDRO AFFONSO GALVAO DE SAO MARTINHO
Sargento Mor.

SEGUNDO DOCUMENTO:

Relação dos Escravos q. fugirão, digo queforão prezos na noute de 13 de Mayo de 1786, por ordem do Illmo. e Exmo. Snr. Luis da Cunha Menezes, Governador e Capitão General de Minas Gerais, nos Certoens de Macacu Distrito da Capitaniado R. de Janeiro:

1. Felipe Nasção Banguella
2. Domingoz Banguella
3. João Craveiro - ficou doente na Rossa Grande
(Escravos do Mão de Luva).
4. Manoel Mina - ficou doente no Porto do Cunha
(Escravo de Antonio Henriques)
5. Joze Anga
6. Antonio Congo
7. João Cabunda
(Escravos de Miguel Moniz)

8. Joaquim Mina
(Escravo de Felix da Silva)
9. Manoel Banguella
(Escravo de Ignacio da Silva)
10)Caetano Banguella
(Escravo de Manoel Ferreira)
11) Francisco Rebolo
(Escravo de Manoel Luiz de S.Anna)
12. Francisco Congo
13. João Banguella
14. Antonio Congo
15. Joze Cabunda

(Escravos de João dos Santoz, morador no Porto da Estrella, dist. do R. de Janeiro)
16. Vicente Crioilo
17. Xavier Cabunda
18. Pedro Congo
19. João Rebolo.
(Escravos de Joze Lopez e seus irmãos Dionizio Lopez e Joaquim Lopez, moradores na Cpnia. do R. de Janeiro.)
20. João Rebolo
(Escravo do Padre Antonio Joze de Oliveira, morador em Macacu.)
21. Matheus Rebolo
22. Antonio Munjolo
23. Gonçallo Angola
(Escravos de Sebastian Craveiro)
24. Domingoz Angola - ficou doente na Guarda do Porto do Cunha
(Escravo de Bernardo dos Reys.)

Villa Rica, 19 de Junho de 1786

PEDRO AFFONÇO GALVÃO DE SÃO MARTINHO
Sargento Mor.

ALDEIA DE CABOCLOS EM CANTAGALO

ALDEIA DE CABOCLOS EM CANTAGALO

Debret tece comentários sobre a cena, que desenhou, retratando a chegada de dois viajantes europeus que são introduzidos numa aldeia de caboclos.

Uma garrafa de aguardente é usada para facilitar a recepção.

Um chefe índio, sentado no chão e cercado de jovens, narra-lhes alguns fatos, até ser interrompido pelos visitantes.

As mulheres reagem pudicamente, cobrindo o busto com os cabelos ou procurando esconder com o pé sua parte íntima.

Quase todos tratam de alimentação, o que, segundo Debret, é ocupação constante do homem selvagem.

Sao Martinho, em seu importante relatório, escrito no Córrego do Canta Galo do Descoberto do Macacu em 17 de maio de 1786, dá conta dos despojos que apreendeu.

Faz uma estatística, onde aponta as pessoas, e as coisas apreendidas de cada uma delas.

E´ouro em pó, espingardas, pistolas, facões, espadas, machados, enxós, goivas, formões, limas, compassos, verrumas, alavancas, enxadas, almocafres, cavadeiras, foices, caldeirões e tachos.

- apreendidos de Manuel Henriques e seus sócios: Antonio Henriques, Felix da Silva Henriques (irmãos do Luva), Manoel Ferreira, Antonio Alves, Miguel Moniz, Vicente Ferreira. E ainda: Xavier e crianças de Joaquim Lopes, José Joaquim, Ignacio da Silva Henriques (irmão de Luva), Domingos de Souza, Manoel Luiz, Bernardo dos Reis, Sebastião Craveiro. Dos negros: Domingos, Gonçallo e Matheus, e dos três escravos de João dos Santos.

Consta ainda o ouro obtido de três pequenos montes de cascalho que S. Martinho mandou lavrar.

Mão de Luva tinha, em seu poder, apenas 11 oitavas e meia de ouro em pó. De seus sócios, o que detinha a maior quantidade era seu irmão, Felix da Silva Henriques, com 156 oitavas.

O total do ouro em pó apreendido no descoberto e constante desta estatística é de 680 oitavas e 3/4.

Ao pé do mapa estatístico, observa São Martinho:

"Não se achou mais ouro porque as frotas (como elas chamavam) de que era condutor João dos Santos, pela picada de Paraíba, e a outra dos Lopes, pela picada de Macacu, que passa pela Fazenda deixada do Conego sairam pela Semana Santa para o Rio de Janeiro."

Diz ainda: "*Toda a ferramenta a dei às Guardas da Paraíba e algumas enxadas e machados os dei aos índios, assim como todo o sal e algum toucinho.*"

Para completar a sua obra de destruição do "garimpo clandestino", mandou o Sargento Mor que se queimassem casas e senzalas:

Na 1 Rancharia, 7

Na 2 Rancharia, 8

Na 3 Rancharia, 6

Foram queimados também 5 paiós de milho, este sendo dado aos índios.

No que se refere às plantações (milho e feijão) mandou cortar as que estavam verdes, e doou aos índios as maduras.

Todas as batéias encontradas foram destruídas.

Quanto à criação: galinhas, frangos, frangas, parte foi levada para o Porto do Cunha, e parte dada aos índios.

7 — MANOEL HENRIQUES, o LUVA, e SEUS COMPANHEIROS

Muito se pode arguir sobre a figura lendária de Manoel Henriques, o Mão de Luva.

Uma análise dos escritos existentes sobre o célebre faiscador, oferece-nos duas posturas:

1) A que vê Manoel Henriques como um bandoleiro, um homem ambicioso que, inexcrupulosamente, vivia fraudando a Coroa, ou seja, o governo e a lei. Um verdadeiro malfeitor.

2) A versão romântica, que nega a classificação de Manoel Henriques como um bandoleiro ou "facinoroso", colocando-o como um fidalgo que, perseguido, buscava fortuna para realizar um sonho de amor.

Graças ao estudo de documentos originais da época, podemos afirmar que Manoel Henriques, já célebre em 1786 como um dos cabeças de uma organização que faiscava ouro nos Sertões do Macacu, contrabandeando-o para a cidade do Rio de Janeiro, e daí para o exterior, -- era um explorador de terras, um homem de vanguarda na luta pela ocupação do território brasileiro.

Pode ser comparado a outros tantos homens, perseverantes e rudes, que arrostaram, seja a favor do sistema, como bandeirantes, seja contra o sistema como "defraudadores da Coroa", os perigos inumerá-

veis das entradas em regiões agrestes dos vastos sertões interioranos.

É tarefa difícil traçar o perfil de um homem tão célebre e, no entanto, tão desconhecido, pela dificuldade de se obterem informações fidedignas sobre a sua vida e a sua obra.

Esforçamo-nos no trabalho de procura de documentos, com os quais pudéssemos responder às inúmeras indagações que todos formulamos a seu respeito. O resultado, embora insuficiente, esclarece, contudo, alguns pontos, informando-nos sobre detalhes importantes, - pistas que nos autorizam a formular hipóteses razoáveis.

Consideramos altamente relevante o fato de ter sido Manoel Henriques um homem religioso e dedicado à família.

Sua religiosidade exterioriza-se na frequência às atividades da Igreja Católica, conforme relata o Governador de Minas, em carta ao do Rio de Janeiro em 2 de junho de 1786:

"... que, para bem de se efetuar a sobredita diligência, fosse precedida de apreensão dos principais cabeças nessa capital, por ter tido a inteligência devida às minhas prevenções, de eles terem saído do sobredito descoberto para essa mesma capital, com o fim de assistirem aos Ofícios Divinos da Semana Santa, e darem ao mesmo tempo a costumada e clandestina saída ao ouro extraviado do sobredito Descoberto...". (DOC. 20)

Se a informação acima é insuficiente para se afirmar a religiosidade do Luva - especialmente devido à vinculação da viagem ao Rio de Janeiro com o contrabando do ouro, - há um outro relato que reforça a nossa hipótese de que Manoel Henriques praticava a religiào.

O próprio relatório do Sargento Mor, Pedro Affonso Galvão de São Martinho constitui fonte decisiva, quando informa: *"No dia 14, depois de feita a diligência das prisões, veio o Capitão dos Indios, chamado Joaquim, a falar-me e pedir-me lhe nào fizesse mal, nem ao seu Manoel, que era bom, e que ensinava a sua gente a rezar, o que assim é, porque alguns rapazes o confirmaram, rezando algumas orações. Eu lhe prometi não fazer mal ao seu Manoel..."* (DOC. 18).

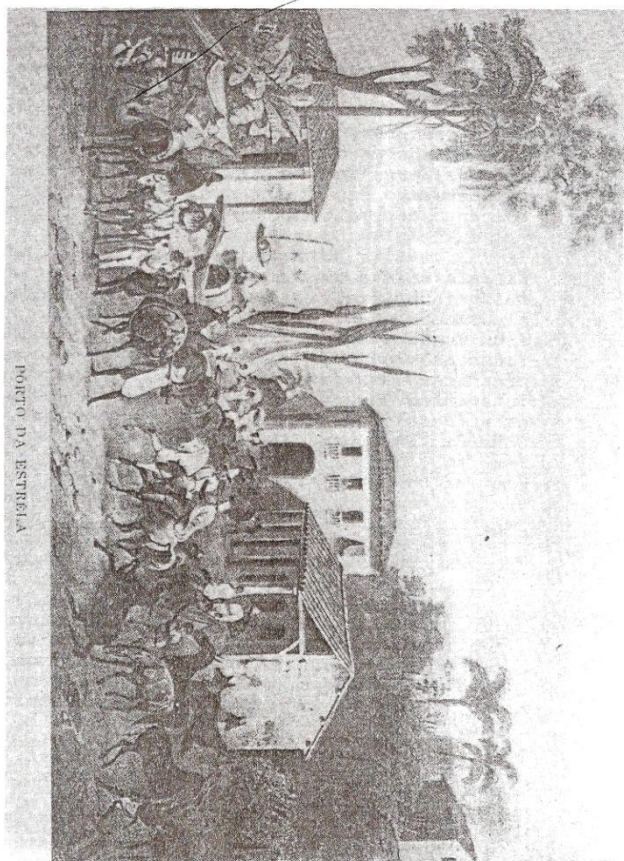
Quanto à vida familiar do Mão de Luva, até hoje completamente desconhecida do público, e até da quase totalidade dos estudiosos (inclusive de pessoas que já escreveram livros sobre ele) podemos dizer que o mesmo tinha, nos Sertões do Macacu, irmãos, mulher e filhos. Sabemos também que ele se casou com mulher que já tinha filho, pois há referência a um seu enteado.

Os irmãos de Manoel Henriques, Mão de Luva, que, com os demais parentes, formavam um clã denominado frequentemente de "Os Luvas", eram:

Antonio Henriques,
Felix da Silva e
Ignacio da Silva.

O primeiro e o último, entraram no Descoberto dos Sertões do Macacu pelo Rio Piabanha; o segundo, à semelhança de Manoel Henriques, veio por Minas Gerais. (DOC. 19)

Embora ainda desconheçamos seus nomes, e outros dados sobre eles, sabemos que Mão de Luva vivia com mulher e filhos, em seu rancho. A casa era servida por um escravo e um pardo forro.

Estas informações constam do relato que o soldado José de Deos Lopes faz a São Martinho, dando-lhe conta das averiguações

PORTO DA ESTRELA

PORTO DA ESTRELA

Informa-nos RUGENDAS: "A estrada que vai de Porto da Estrela a Minas passa diante de belas plantações, atrás das quais se percebem, ao longe, as pontas angulosas da Serra dos Orgãos, erguendo-se por cima da Serra da Estrela, cujas escarpas constituem o espantalho dos tropeiros e o tormento das mulas."

"...Não é de espantar que Porto da Estrela seja a um tempo muito animada e muito industrial. Os estrangeiros, e principalmente os pintores, devem visitá-la... é um lugar de reunião para os homens de todas as províncias do interior...aí se organizam as caravanas que partem para o interior e somente aí o europeu depara com os verdadeiros costumes do Brasil". (RUGENDAS, VPAB, pág. 21).

que este lhe havia ordenado efetuar no Descoberto do Macacu, em 31 de março de 1786. (DOC. 14 e Cap.6).

A existência de um enteado, fato que autoriza a conclusão de o Luva ter-se ligado a mulher que já possuia filho (mãe solteira, separada ou viúva), encontra-se registrada na relação dos Réus do Extravio do Ouro, pronunciados em 3 de agosto de 1786 pela Intendência Geral do Ouro.

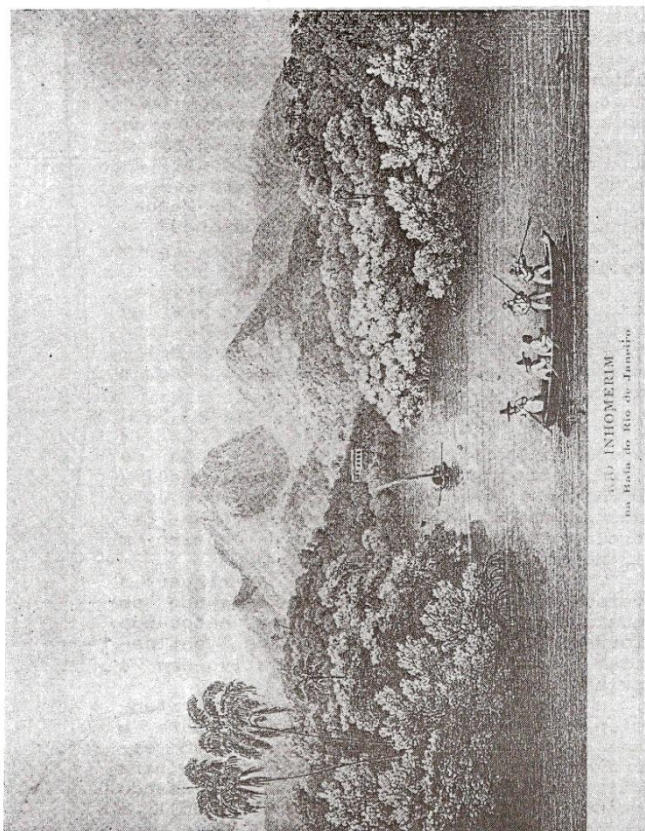
Nessa relação figura o nome de Manoel da Costa, "enteado de Manoel Henriques", e do seu escravo, Felix, comprado do Padre Felisberto José Machado. (DOC. 24)

Manoel Henriques era, indubitavelmente, o líder e chefe de um grupo de exploradores de ouro que há cerca de vinte anos vinha atuando nos Sertões de Macacu, notadamente nas regiões dos rios Negro, Macuco e Grande.

Faziam parte do grupo, além dos 12 que com ele foram presos em 13 de maio de 1786, (Cap.6), os irmãos Lopes (Joaquim, Dionízio e José), que, juntamente com João dos Santos Silva, morador do Porto de Estrela, encontravam-se no Rio de Janeiro em 12 de abril de 1786.

Os irmãos Lopes queriam averiguar a veracidade ou não dos rumores segundo os quais estariam as autoridades estocando fornecimentos em Macacu, que se destinariam a uma diligência cujo objetivo era a prisão do bando.

Quanto a João dos Santos Silva, tencionava pedir ao Vice-Rei perdão para o seu crime de ter extraído ouro, com 8 escravos, nas áreas proibidas. Partindo para Vila Rica com um passaporte, acabou sendo preso na Capital Mineira (26/08/1786), e enviado para o Rio de Janeiro, onde foi pronunciado. (DOC. 32).

RIO INHOMERIM
na Bahia do Rio de Janeiro

RIO INHOMERIM

Ainda RUGENDAS: "Na vizinhança do Rio, a primeira aldeia de alguma importância é a do Porto da Estrela, à margem do INHOMERIM, que se joga na baía do Rio.

As mercadorias destinadas às províncias do interior, como Minas Gerais, Minas Novas, Goiás, etc., são primeiramente conduzidas, da mesma forma que os viajantes, em pequenas embarcações, do Rio ao Porto da Estrela, afastado de sete léguas. Aí são elas confiadas a tropas de mulas que, por seu lado, trazem, de volta, carga para os navios no Rio de Janeiro." (RUGENDAS, VPAB, pág. 20).

Garimpeiro clandestino, contrabandista, colaborador de São Martinho na suposta reorganização do garimpo nas áreas proibidas dos Sertões do Macacu, Manoel Henriques, o Mão de Luva, escreveu uma vibrante página da história brasileira, tendo sido o grande desbravador das terras fluminenses, desde a divisa com Minas Gerais, no Vale do Rio Paraíba do Sul, até às terras banhadas pelo Rio Macacu.

A traição de que foi vítima, tramada pelo governador de Minas Gerais, D. Luiz da Cunha Menezes, e executada por seus subordinados através do "sistema de engano", talvez tenha evitado um grande derramamento de sangue, com a reprodução, em Cantagalo, do que ocorreu em Canudos, tragédia tão bem descrita e analisada pelo célebre escritor cantagalense Euclides da Cunha, em sua monumental obra "Os Sertões".

Com efeito, as promessas do governo (Cap. 5) agradaram tanto aos habitantes dos Sertões, que a mobilização simplesmente não aconteceu, chegando-se ao cúmulo de se tornarem inócuas as armas dos próprios chefes da comunidade!

Conhecedor do poder bélico do governo, Mão de Luva, enganado, não opôs resistência à prisào. Procurou parlamentar, sempre, com os seus oponentes.

Desconhecemos, até o presente, qual o seu fim. Consta que foi enviado em degredo para a Africa, tendo falecido durante a viagem.

E possível que isto tenha ocorrido, porém não encontramos nenhum documento que nos autorize a afirmá-lo.

Parece-nos, inclusive, um bom ponto para a continuidade das pesquisas!...

Quanto à versão romântica que tem acompanhado a história de Mão de Luva, segundo a qual ele teria sido um fidalgo, o Conde de Santo Tirso, fugitivo de Portugal

por questões políticas e amante de D. Maria I, parece que as revelações deste livro vêm contrariá-la frontalmente.

Manoel Henriques não se manteve fiel ao suposto amor, tendo mulher e filhos em seus domínios. E o uso da luva, que lhe valeu a alcunha, tinha por finalidade ocultar e proteger sua mão doente.

De qualquer forma, achamos que essa versão romântica deve ser mantida, como uma parte poética da história, que passa a ser válida na medida em que não a classificarmos de realidade, porém de uma curiosa e bonita lenda.

8 –RIO DE JANEIRO x MINAS GERAIS: A CONTENDA DO OURO.

Aquele relacionamento que parecia tão harmonioso entre o Vice-Rei do Brasil e o Governador de Minas Gerais, na ocasião dos preparativos iniciais para a invasão dos Sertões do Macacu, foi-se mostrando exatamente o oposto, no decorrer das providências que culminaram com a prisão do célebre contrabandista.

Já em dezembro de 1785, o Vice-Rei do Brasil reafirma as ordens de Sua Majestade, a Rainha de Portugal, "*pelas quais se parecem estar proibida toda e qualquer diligência mais ativa, e mais precipitada...* " (Doc. 7). Relembra, ainda, na mesma carta, ao governador de Minas Gerais, referindo-se às supracitadas e reais recomendações, que: "*Nestas se me determina que, havendo V. Excia., como lhe é ordenado, de fazer atacar nas suas próprias habitações, e lavras, e lançar fora delas os ditos facinorosos, prendendo-se os que se puderem colher...*" acentuando enfaticamente: "*... e sendo mais importante que tudo segurar o chefe dos mesmos facinorosos o famoso Manoel Henriques, por alcunha Mão de Luva... Visto ser notório nesta capital que ele tem acompanhado, e acompanha, o Sargento-Mor Pedro Affonso Galvão de São Martinho nas diligências em que aquele oficial se emprega por ordem de V. Excia., o que será um muito feliz princípio a execução das ordens de Sua Majestade*" (ibidem).

Está claro, nas palavras de Luiz de Vasconcellos e Souza, que em sua opinião, o governador de Minas Gerais vinha descumprindo as Ordens de Sua Majestade - não só deixando de prender Mão de Luva, mas con-

sentindo em sua utilização em Diligências que tinham por objetivo exatamente a anulaçào do referido personagem!

Luiz da Cunha Menezes vai responder com ponderações sobre a eficácia do "sistema de engano" posto em prática por seu governo, adotado justamente *"por me ter persuadido ser o dito estratagema o melhor meio de se conseguir o útil fim da sobredita diligência com aquela felicidade que se pode desejar..."* (Doc.12).

Como era de seus planos invadir redutos do Luva somente em Maio, por ser época de pouca chuva e, portanto, mais fácil para se penetrar nos Sertões, Luiz da Cunha manifestou ao Vice-Rei sua estranheza diante de *"uma notícia ou boato, que corre por esta capital, de se achar pronto nessa capital, um destacamento de seiscentos homens de infantaria, com seus oficiais respectivos, inclusive um Tenente Coronel Comandante, e com todos os mais fornecimentos de boca e guerra, para entrarem para o dito Descoberto."* (idem)

Pondera o Governador de Minas que tal providência viria destruir o sistema de engano "que V. Excia. aprovou", e, portanto, pede que se não o faça, mas apenas envie os prometidos 500 armamentos, deixando-lhe concluir a diligência com seus comandados, *"pela razão de ser a tropa mais própria para semelhantes diligências, por semelhantes situações a de pedestres, e mais homens do mato, pela facilidade com que penetram os Sertões mais agrestes, e a sua subsistência nào dependem de uma tão pesada bagagem, como depende outra qualquer tropa que não seja desta natureza, e impossível de se poder conduzir pelos sobreditos Sertões."* (ibidem).

Mais tarde, volta a atacar o governador de Minas, informando ao Vice-Rei:

"Acabo de conhecer que das ditas terras sairam para essa Capital os Cabeças dos ditos extraviadores, que são Joaquim Lopes, Dionísio Lopes, irmão de José Lopes, que já se acha preso nessa Capital, levando consigo também um cabra que eles trazem furtado, que é cativo da viúva do Montijo, moradora no Registro Velho, e com o designio de saberem ao mesmo tempo em Macacu dos fornecimentos que lá se acham prontos por ordem de V. Excia., pela notícia que já lá têm, de serem para as tropas com que V. Excia. os quer mandar prender; João dos Santos Silva, morador no Porto da Estrela, com o designio de ir valer-se de V. Excia. para lhe perdoar o crime, que cometeu, de ter vindo extrair ouro nas ditas terras, com oito escravos; e o célebre Manoel Henriques, denominado Mão de Luva, o qual é bem conhecido por ser aleijado da mão direita, e trazer sempre na mesma uma Luva calçada. O que participo a V. Excia. para que V. Excia. queira, logo que receber esta, mandá-los prender, pelo quanto das sobreditas prisões depende a felicidade de ser feita a diligência de se destruir o sobredito extravio por uma vez, conforme sua Majestade é servida." (Doc. 15)

A resposta não tarda. Em carta de 26/04/1786, Luiz Vasconcellos e Souza comunica a seu colega de Minas Gerais a ausência dos contrabandistas no Rio de Janeiro, estranhando que o Luva não tenha sido suficientemente vigiado. Diz ele: *"Devo contudo dizer a V. Excia. que não posso deixar de admirar-me da notícia de haver escapado dessa Capitania o famoso Cabeça Manoel Henriques, quando, pelo que V. Excia. me participou, na sua carta de 3 de janeiro do presente ano, devia persuadir-me que V. Excia. tinha dado as mais eficazes providências para se segurar este contrabandista, ou ao menos para ser efe-*

tivamente guardado, e vigiado debaixo das mais prudentes cautelas, como insinuei a V. Excia. na minha carta de 17 do sobredito mês de janeiro..." (Doc.17).

Refere-se também a demora na execução das ordens de Sua Majestade a Rainha de Portugal, acentuando ser "*toda a demora muito prejudicial, não só pelas consequencias que se vão experimentando, mas ainda pelas que se devem temer de discursos vagos, e vários, com que não nos devemos embaraçar para maior demora, muito principalmente nas presentes circunstâncias, em que é preciso precaver aos danos, para que se não façam irreparáveis.*" (idem)

Após essa carta, os acontecimentos se precipitam nos Sertões do Macacu: Mão de Luva e mais 12 companheiros são presos, com seus escravos, pelo Sargento-Mor Pedro Affonso Galvão de São Martinho.

O Governador de Minas Gerais volta à presença do Vice-Rei para dizer que mandou castigar "*o Cabo que se deixou enganar pelo dito célebre Mão de Luva, para o deixar passar outra vez para o tal Descoberto, depois de ter sido encarregado de vigiar sobre ele, e de ter a mais viva cautela sobre os seus movimentos...*" (Doc.20)

Fala, a seguir, do bom termo da diligência, concluída com a prisão dos líderes do bando de extraviadores de ouro, e comunica o envio, para a tesouraria geral da capital, dos Cabedais Régios, importantes em doze arrobas, uma onça, tres oitavas e vinte e três grãos de ouro, sob a responsabilidade do alferes José da Silva Brandão.

Ciente da conclusão da diligência, escreve Luiz de Vasconcellos e Souza, na qualidade de Vice-Rei do Brasil, carta ao Ministro Martinho de Melo e Castro, representante da Rainha Maria I, dando conta do ocorrido e deixando entrever a sua insa-

tisfação pela maneira como os fatos foram conduzidos pelo governo de Minas Gerais:

"... Resultou dessa diligência ficar inteiramente evacuado o sobredito Sertão dos Extraviadores que o infestavam, e se achavam nele tranquilamente estabelecidos, segundo me acaba de comunicar o sobredito General daquela Capitania, conseguindo-se, ainda que com bastante receio de ficar de todo frustado o bom êxito que se pretendia, o serem surpreendidos nas suas próprias habitações, e lavras, treze réus, que vieram remetidos de Minas, e se acham nas cadeias desta relação para se proceder contra eles na forma das leis e Ordens de S. Majestade. Entre estes veio compreendido o famoso Cabeça Manoel Henriques, por alcunha o Mão de Luva, com os seus três irmãos, igualmente orgulhosos e de péssimo procedimento, que, tratando uma recíproca e familiar correspondência com os próprios comandantes das Guardas, que o sobredito General estabeleceu precipitadamente na entrada e novo caminho que abriu nos confins daquela Capitania para o dito Sertão, se julgavam seguros e com um passaporte franco para continuarem nas suas extorsões, à sombra de uma tolerância mal entendida, e bastantemente escandalosa. E certo contudo que, se as minhas recomendações a este respeito não fossem tão repetidas à vista de fatos tào constantes, não seria fácil colherem-se às mãos estes principais cabeças, como dão a conhecer os próprios documentos que pretendo remeter a V. Excia. na carta que lhe hei de dirigir pela Nau de Guerra Nossa Senhora da Ajuda, na qual largamente hei de tratar de tudo o que pertence a este importante negócio, por se achar ainda dependente de outras averiguações e exames com que devo informar a V. Excia. para pôr tudo na Real presença de Sua Majestade... 13 de julho

de 1786" (Doc.22)

Das averiguações que se procederam no Rio de Janeiro, resultou o serem pronunciados, como contrabandistas de ouro, não só os 13 réus presos nos Sertões do Macacu, porém várias outras pessoas, entre elas, pedestres e soldados da tropa da Capitania de Minas Gerais.

Em decorrência, tanto o Intendente Geral do Ouro como o próprio Vice-Rei do Brasil dirigiam-se ao governador de Minas Gerais, instando que *"V. Excia. dê as mais eficazes providências para serem presos e remetidos a esta cidade, segurando-se-lhes os bens que tiverem, para serem julgados na forma das ordens de Sua Majestade..."* A preocupação do Vice-Rei era também com o ouro apreendido nos Sertões, e do qual o Governador Mineiro não havia dado conta. Nesse sentido, ele recomenda: *"Do mesmo modo é muito conveniente, atendendo-se ao fim da mesma diligência, que V. Excia. passe as Ordens necessárias para se remeterem a esta cidade as seiscentas e oitenta e cinco oitavas de ouro em pó, que foram apreendidas aos ditos contrabandistas no referido Sertão, como se indica na cópia do Mapa junto à carta do mesmo Ministro, no qual se vê a diferença de cinco oitavas, que mais acresce do outro mapa, que V. Excia. me remeteu na sua carta de 20 de junho próximo precedente, na adição do que mais se achou ao preso Domingos, escravo de Bernardo dos Reis, expressamente apontado no termo da Inquirição que se fez em 5 de maio aos pretos Gonçalo e Antonio, escravos do soldado Sebastião Craveiro, igualmente sócio e correio deste delito; mandando V. Excia. logo proceder à arrematação das armas e ferramentas que foram achadas no mesmo Sertão, para se remeter também o seu produto para esta cidade, pelos fundamentos que o sobredito Mi-*

nistro refere na sua mesma Conta..." (Doc. 25)

Tendo o Governador de Minas Gerais se "trancado em copas" quanto ao pedido de remessa, presos, para o Rio de Janeiro, de soldados mineiros, assim como do ouro confiscado aos réus do Macacu por São Martinho, - foi-lhe cobrada uma resposta, o que provocou a seguinte -e violenta - reação: *"E sem dúvida que eu recebi a carta mencionada de V. Excia., datada de 14 do sobredito mês antecedente, e igualmente que não respondi à mesma por considerar-me dispensado de dizer a V. Excia. ter eu achado muito árdua e repugnante a proposta que a V. Excia. fez o Desembargador Intendente Geral do Ouro dessa Capitania, de pretender que sejam remetidos presos como réus de semelhantes culpas o Cabo de Esquadra José de Deos, os Anspeçadas Bernardo dos Reis e Custódio Pinheiro de Faria, os soldados Sebastião Craveiro, José Antonio da Rocha e Felipe Rodrigues, e também os dois soldados Pedestres Antonio Xavier e João José, por serem denunciados e compreendidos nos extravios do ouro do Descoberto do Macacu, por não se lembrar o dito Ministro que se não fosse o estratagema de que usei, e de que foram o primeiro móvel o dito Cabo, e mais soldados, que certamente se não faria semelhante diligência, assim como o fiz certo a V. Excia. por carta de ofício datada de 18 de abril do corrente ano, muito antes de se empreender. Que depois de eles terem arriscado as suas vidas, como arriscaram, num serviço tão importante a Sua Majestade como foi aquele, que a mesma Senhora mandou fazer nessa capitania pelas Tropas Regulares desta, que nunca se poderia pensar que a recompensa seria a de se verem hoje ignominiosamente caluniados, e a honra militar ofendida por obedecerem e executarem exa-*

tissimamente as ordens do seu General, no serviço de sua Soberana. Que podia o dito Ministro esperar de uns homens como o célebre Mão de luva, seu irmão e mais companheiros, depois de não terem podido escapar-se de serem presos, como pretenderam, senão vingarem-se do modo que podiam, como o de denunciarem e unirem às suas mesmas culpas os mesmos que os prenderam, já que eles os não puderam matar, como pretenderam..." (Doc.29)

E prossegue o governador de Minas Gerais, afirmando não haver ninguém capaz de cumprir semelhante ordem de prisão, concluindo que se fosse executar, teria que prender a si próprio, sob cujas ordens os referidos réus obraram!

Finalizando seu arrazoado, diz que os bens apreendidos aos "*réus Mão de Luva e mais seus companheiros quando foram presos, creio que sua Majestade quererá que fiquem para ajuda de a indenizar de alguma maneira a Real Fazenda desta Capitania da grande despesa que fez na sobredita diligência, visto que por essa Capitania não se pôde conseguir, nem a sua Real Fazenda fez alguma despesa com ela até o ponto dos sobreditos presos e réus serem remetidos e recebidos às cadeias públicas dessa mesma capital*". (Doc.29)

A indignação de Luiz da Cunha contra o Governo do Rio de Janeiro manifesta-se também na denúncia, que fez, 25.11.1786 de que, após a prisào dos contrabandistas e a evacuação dos Sertres, o ouro estaria sendo clandestinamente extraído "com a maior força"; "*por uma avultada fábrica que lá tem Brás Carneiro, debaixo do pretexto de estarem fazendo telha para um novo estabelecimento que se diz V. Excia. quer mandar fazer naquele mesmo Descoberto...*" (Doc. 30)

A resposta de Luiz de Vasconcellos é expedida em 29.12.1786. O Vice-Rei, baseado em informações de Manoel S. Coimbra, responsável pela região de Cantagalo, nega o fato, ao Governador de Minas que "*a notícia que lhe deram as guardas, trazendo a sua origem das telhas que dizem estava mandando fazer o dito Brás Carneiro foi muito mal fundada. Muito mais porque, sendo necessário que houvesse alguns encontros de extravio ou ao menos alguns indícios por onde se pudesse conjecturar para que houvessem as ditas guardas de participar a V. Excia. que ele se fazia com a maior força, como V. Excia. me diz lhe asseveraram, vemos que nem fizeram apreensão alguma, como deviam, nem apontaram razão em que fundassem a sua parte...*" E acrescenta que se o Governador puder "*alcançar a mesma notícia mais circunstanciada e digna de atenção, espero que por serviço de S. Majestade haja de preocupar-se para que eu possa dar imediatamente as providências...*" (Doc.33)

Lisboa foi devidamente informada dos desencontros entre os Governos de Minas e do Rio, pois este, em documento datado de 26 de janeiro de 1787 relata ao Ministro Mello Castro desde a prisão dos 13 extraviadores de ouro, até o pronunciamento dos militares mineiros.

Nas doze páginas que o compõe, o longo arrazoado de D. Luiz de Vasconcellos e Souza contém sérias críticas aos procedimentos do Governador General das Minas Gerais:

Começa criticando a recusa sistemática do Governador em remeter, para o Rio de Janeiro, os bens confiscados aos réus acusados de extravio de ouro, presos, em Vila Rica ou nos Sertões do Macacu, fazendo-se, segundo diz "desentendido de minha recomendação".

Condena a defesa que Luiz da Cunha Menezes faz, dos militares mineiros pronunciados no Rio de Janeiro pela Intendência Geral do Ouro. Ditos servidores eram acusados do mesmo crime dos contrabandistas, ou seja, o extravio do ouro das áreas proibidas.

Justificando a prisão, informa o Vice-Rei que *"...Muito antes de poderem ser ouvidos nesta Cidade, e ainda em Vila Rica, os extraviadores apreendidos no Sertão, que o dito Governador faz autores de imposturas, estava já informado das prevaricações da maior parte dos sobreditos militares, pela conta que lhe deu o seu Sargento Mor, Pedro Affonso Galvão de São Martinho, acompanhada dos interrogatórios que antes de assaltar aquele Sertão, como lhe foi encarregado, tinha feito a alguns pretos que saíram dele e foram pedir passagem à Guarda chamada do Porto do Cunha, na margem do Paraíba, os quais declararam que eram escravos, o Preto Domingos do Anspeçada Bernardo dos Reys, Comandante da Guarda do Louriçal e os Pretos Gonçalo e Antonio do Soldado Sebastião Craveiro, da mesma Guarda. Do mesmo modo confessaram uniformemente que por ordem de seus senhores. tinham ido tirar ouro ao Novo Descoberto de Macacu, para onde lhes dera passagem na Canoa do Porto do Cunha o Anspeçada Custódio Pinheiro de Faria, Comandante desta Guarda, indo em companhia deles o dito Sebastião Craveiro, que estivera três meses no mesmo Descoberto em grande amizade com os mesmos extraviadores. Essa amizade tanto se mostra criminosa e indesculpável, que toda foi dirigida ao extravio do ouro, como se verificou pela apreensão que se fez ao dito Preto Domingos, de uma Borracha com oitenta oitavas, que lhe mandava um dos principais extraviadores, An-*

tonio Henriques, irmão do famoso Mão de Luva..."

O Governador das Minas Gerais é ainda acusado de tentar atrapalhar a exploração legal da data mineral de Sua Majestade, através da proibição da venda de escravos acostumados às lides da mineração para trabalharem no referido Descoberto. Em decorrência de tal medida, foram presos em Vila Rica, 14 escravos, que haviam sido comprados pelo Intendente de Vila Rica, por ordem do Vice-Rei, para serem remetidos a Cantagalo. Os escravos foram soltos e entregues ao Intendente, apos este alegar ter recebido ordem superior --mas, ao final, não se permitiu fossem remetidos para o pretendido destino.

Prossegue o Vice-Rei do Brasil, relatando os desmandos do Governador de Minas Gerais.

Refere-se à carta de Luiz da Cunha Menezes, na qual ele afirma ter recebido parte, de uma das Guardas, de que do Descoberto do Macacu se estava extraviando ouro com a maior força -- por uma grande Fábrica que ali teria o Sr. Bras Carneiro, como pretexto para o contrabando do precioso metal.

Estranhando o fato de se acusar assim *"um negociante de todo o crédito e conceito, mais ainda por não haver no dito Descoberto gênero algum de trabalho deixado ao arbítrio de particulares...* encomendou Luiz de Vasconcellos e Souza ao Tenente-Coronel Manoel Soares Coimbra, *"que se acha comandando e vigiando com as mais preciosas cautelas todo aquele Sertão..."* uma informação circunstanciada sobre o referido extravio... resultando saber-se que

"do lugar da Cachoeira onde tem princípio aquele vasto Sertão, até o Canta Gallo, não há outras casas e algum outro Estabelecimento mais do que os Ranchos que de ordem minha se tem formado, de distância em distância, para os Destacamentos que rodeiam e circulam aqueles Sitios... Igualmente consta que o dito Bras Carneiro apenas tem um engenho de fazer açucar, vinte e seis léguas distante do dito Descobrimento..."

Encerrando sua carta-denúncia, remata o Vice-Rei:

"De tudo o referido, bem se conclui que o dito Governador de Minas Gerais, além da má fé com que se tem comportado em todo este negócio, do ódio, e má vontade que tem mostrado às Novas Minas de Macacu, em que esperava ter toda a intervenção, se tem inteiramente oposto às ordens de Sua Majestade, como acabo de expor a V.Excia., não querendo proceder contra os culpados, que se lhe recomendaram, nem remeter os escravos extraviadores apreendidos no Sertão, que foram levados para a Cadeia de Vila Rica, e aplicando por seu arbítrio à Real Fazenda daquela Capitania a importância do ouro, dinheiro, bens, e talvez dos ditos escravos, sem sentença que qualifique esta aplicação, preterida e desprezada toda a forma com que as leis mandam proceder em semelhantes casos..." (DOC. 35).

Foi uma triste contenda, cujo resultado final ainda não conhecemos, sendo objeto para futuras pesquisas...

Diante desses episódios envolvendo os governos das duas mais importantes Capitanias do Brasil Colônia, somos levados a concordar com a tese de que o ouro exerce

sobre o homem uma atração de força indomável.

Realmente, a ocorrência do ouro nos Sertões do Macacu, justamente quando Vila Rica declinava, em franca decadência, acendeu a cobiça do inefável Luiz da Cunha Menezes, que usou daquela conhecida "astúcia calada" para se apropriar das riquezas do Rio de Janeiro.

Mas a História, conquanto às vezes malbaratada por parcialidades indesculpáveis, embora compreensíveis, acaba sempre por desvelar a verdade que, mais dia, menos dia, a todos se impõe -- afastando os desvarios das interpretações viciosas e malévolas.

A Capitania do Rio de Janeiro não invadiu!... Foi invadida!

Não roubou!... Foi roubada!

Não desacatou!... Foi desacatada!

Estes são os fatos que o Vice-Rei, em depoimento muito bem documentado, apresentou à Coroa Portuguesa, à qual estavam sujeitas ambas as autoridades, -- que se degladiaram, ao final, pela posse dos despojos do tão combatido quanto aviltado "facinoroso" conhecido como MÃO DE LUVA!...

9- DECADÊNCIA DA MINERAÇÃO: INÍCIO DA COLONIZAÇÃO DE CANTAGALO

Enquanto os vencidos amargavam no desterro o sabor da derrota, os 40 eleitos do Vice-Rei preparavam-se, munidos de seus 150 a 200 escravos cada um, para receber as benesses da cidadania e da fidelidade à Coroa: a posse das cobiçadas datas minerais dos Sertões do Macacu.

O governo tratou de estabelecer contingentes policiais, vindos de Minas, e de abrir novas estradas para o arraial. Fundou-se a Casa do Registro do Ouro, destinada à arrecadação do quinto. Sua direção foi entregue a um fidalgo, o Cavalheiro da Ordem de Cristo, D. Manoel da Cunha e Souza, com o cargo de Desembargador Intendente Geral do Ouro, e Superintendência Geral das Novas Minas de Macacu. Seu irmão, João P. da Cunha e Souza, foi designado guarda-mor do Termo. (2/6/1787).

No mesmo dia de sua chegada, o Desembargador mandou afixar edital, marcando o próximo dia 21 para a distribuição das datas *"pelas pessoas, que se apresentassem no arraial, com licença do Vice-Rei ou por seu procurador, conforme o número de escravos."*

Deveria o pretendente comprometer-se a iniciar a lavra dentro do prazo de 40 dias, não podendo negociar as terras. Como os pretendentes fossem em número superior ao esperado, o Superintendente Desembargador procedeu ao seguinte: separou uma "da-

COLHEITA DE CAFÉ

COLHEITA DE CAFE

Tão importante quanto o plantar, é o colher. Vemos, nesta bela gravura de RUGENDAS, escravos negros entregues ao trabalho da colheita, sob os olhares dos senhores.

A região de Cantagalo, após o declínio da mineração, viveu uma época de grande progresso, com as atividades dos famosos Barões do Café.

Foi o desbravamento efetuado pelos mineiros que possibilitou a implantação e o desenvolvimento, naquele sertão, das grandes " plantations" de café.

ta" para a Fazenda Real, outra para o Vice-Rei, outra para si próprio, outra para seu irmão, e outra para o Tenente da Cavalaria Auxiliar de Minas, Joaquim José Soares. Em seguida, efetuou o sorteio das restantes, utilizando-se de um preto velho escravo, em virtude da ausência de menor no arraial. Foram 33 lotes de 30 braças em quadra, que deveriam ser trabalhados com 12 escravos cada.

Para atender à crescente demanda de terras, já no mês seguinte o Superintendente efetuou novas doações, seguindo à risca o mesmo critério adotado anteriormente. Desta feita, foram 50 "datas" localizadas no fértil vale do Rio Negro. Assim agindo, o Superintendente dava cumprimento ao "Regimento de Superintendentes, Guarda-Mores e Oficiais Deputados para as Minas de Ouro", que, promulgado em 18/04/1702, regulava a distribuição das datas, o modo de demarcá-las e outros detalhes. Ao descobridor era assegurada a primeira; a segunda à Coroa, e uma terceira ainda ao descobridor, sendo as demais repartidas pelos mineradores que tivessem mais de 12 escravos. Todas as "datas" seriam de 900 braças quadradas, ou sejam, 4. 356m. (Simonsen, 1942, II, 64).

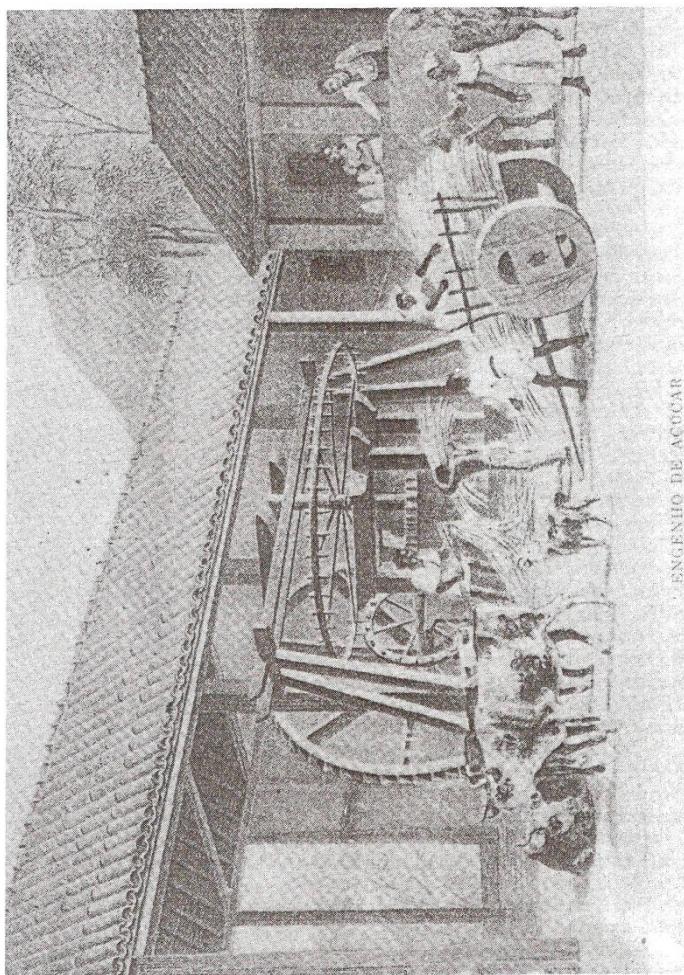
Apesar de todo esse progresso, é bem provável que Mão de Luva jamais tivesse cogitado do estabelecimento de uma povoação mais consistente, pertencendo àquela categoria de colonizador europeu que, segundo OMEGNA, vivia perseguindo sonhos de riqueza, correndo atrás de tesouros fabulosos, parando apenas onde surgisse uma lavra promissora ou quando se esgotassem as provisões, que restaurava pelo plantio e criação. (Omegna,1961 in FERNANDES, Florestan, 1972, pág.87).

Cantagalo constituiu, portanto,uma vila de origem natural, bem diferente daquelas que surgiram a partir de Cartas-Régias, erguidas e sustentadas pelo idealismo de um punhado de políticos civilizadores, "preservadas a cada dia por um esforço deliberado de mantê-las, de preservá-las" (idem).

Esses homens, unidos pela economia na direção de suas extensas propriedades rurais, e, pela política, na constituição do Senado e da Câmara -- chegaram bem mais tarde a Cantagalo, -- inaugurando uma nova fase evolutiva, após a erradicação do garimpo clandestino.

A ocupação do território cantagalense deu-se, por conseguinte,na base da conquista, com a expropriação violenta dos antigos ocupantes (desbravadores), considerados malfeitores e ludibriados através de promessas vãs (cartas de engano) em benefício de cidadãos que atendiam às qualificações consideradas indispensáveis, na época, ao exercício do direito de propriedade. Não tanto a capacidade econômica, necessária ao êxito da exploração da terra, pesava, aqui, mas principalmente a fidelidade ao "Príncipe", num esquema de DOMINAÇAO BUROCRATICA, tal como o explicita WEBER em "Economy and Society" - vol. 3, Cap. XII.

A Coroa Portuguesa sabia que não podia esperar dos faiscadores, há tanto marginalizados, um tipo de lealdade patriarcal, baseada em laços tradicionalmente estabelecidos, nem um atendimento a normas de "lealdade abstrata", o que pressupõe treinamento técnico.

Estava lidando com gente rude, de temperamento libertário e caráter indivi-

ENGENHO DE AÇUCAR

ENGENHO DE AÇÚCAR

Outra etapa importante do trabalho negro desenvolveu-se na cultura da cana de açúcar. Os engenhos prosperaram, enriquecendo os senhores e o nascente País, conquanto que ainda atrelado a Portugal.

O braço escravo foi responsável pela mão de obra durante todo o Brasil colônia, e boa parte do império, numa inestimável contribuição, cuja importância nunca será exagerado ressaltar!

dualista, acostumada a gerir seus proprios negócios e a traçar por si mesma os rumos de suas vidas. Gente que arrostou os perigos das terras virgens, abrindo novos espaços e deles tomando conta, realizando uma verdadeira "épopéia selvagem", que representa uma expressiva afirmação do povo brasileiro.

Fernando de Azevedo atribui ao carater autárquico das grandes propriedades agrícolas açucareiras, a qualidade de mantenedor e desenvolvedor do individualismo, "um dos traços mais marcados do caráter brasileiro". E assegura que *"o novo ciclo de mineração, que se seguiu ao do açucar sem substituí-lo, só contribuiu para acentuar esse traço de individualismo e misturar as populações, por um dos maiores movimentos, registrados em nossa história, de migrações internas"*. (AZEVEDO, Fernando de, 1943, págs. 4,5,49).

O DECLINIO DA MINERAÇÃO

Os novos senhores das terras não tardaram a descobrir que a ocorrência do ouro não correspondia às expectativas.

Relatórios da época apontam como causa a exploração clandestina efetuada anos a fio pelo Mão de Luva, que assim ironicamente pregara um tremendo logro em seus perseguidores e algozes. As ocorrências eram parcas, tornando-se anti-econômico esse tipo de atividade, especialmente face aos limitados recursos técnicos da época.

Desesperado com o insucesso da mineração, o Tenente Joaquim José Soares, ganhador de duas "datas" nas mencionadas distribuições, ainda tentou soerguê-la. Obteve do Vice-Rei autorização para fundar

uma sociedade que, sob sua administração, exploraria novas minas, com o concurso de 300 escravos e a participação de pessoas que estivessem dispostas a arcar com a responsabilidade dos lucros ou prejuízos da empresa.

Mas o fracasso, a esta altura, era inevitável. Veio o êxodo!...

Só permaneceram na região aqueles que possuiam outros interesses que não os estritamente vinculados à mineração ou os que não possuiam interesse algum nem meios para tentar coisa melhor.

Era a decadência!...

Mesmo assim, a grande intriga fomentada pelo governo de Minas Gerais, provavelmente com o intuito de encobrir suas próprias falhas e extravios, chegou ao ponto de lançar uma grave acusação contra um dos mais respeitados comerciantes do Brasil colonial, o Sr. Brás Carneiro.

Em carta, datada de 25 de dezembro de 1786, participa Luiz da Cunha Menezes ao Vice-Rei do Brasil, segundo relato deste, em carta de 29 de dezembro, que, "*pelas guardas dessa Capitania, que se acham postadas pela margem abaixo do Rio Paraíba, se lhe dera parte que do novo Descoberto de Macacu ou Cantagalo atualmente se estava extraviando ouro com a maior força, extraído por uma avultada Fábrica que no mesmo Descoberto tinha Bras Carneiro, com o pretexto de estarem fazendo Telha para um novo estabelecimento que se dizia que eu ali queria mandar fazer...*"(DOC-23).

Assim que recebeu a denúncia, tratou o Vice-Rei de mandar averiguar, o que ge-

rou a carta que, datada de 10 de janeiro de 1787, lhe escreveu, de Cantagalo, Manoel Soares Coimbra, que informa: *"Eu afirmo a V.Excia. que da Guarda do Paiol da Cachoeira, onde tem princípio este Sertão, até este lugar, não me consta haja outras Casas e Roças e algum outro estabelecimento mais os que tenho mandado fazer por ordem de V.Excia. para postar Guardas de Registos, paiós, e o mais que tem sido necessário, e que a Fábrica única de fazer telha é a Olaria de Sua Majestade"..."Não me consta que haja nenhum Brás Carneiro que tenha estabelecimento dentro, nem perto deste Sertão, e só sei o têm Brás Carneiro, homem de Negócio dessa Cidade, o qual é senhor de um Engenho distante da Vila de Macacu uma légua com pouca diferença, e deste lugar mais de vinte e seis, pelo qual passei quando vim a esta diligência, e não sei se nele tem Olaria, ficando a meu cuidado dar parte a V.Excia. se a têm ali, ou não, e do mais que eu puder alcançar..."*(DOC-24).

Sobre a pessoa de Brás Carneiro, consta que era conhecidíssimo e respeitado na praça do Rio de Janeiro colonial, fato que não pode ignorar nenhum historiador sério que se proponha a falar sobre ele ou dele!

Brás Carneiro Leão é citado por CAIO PRADO JR. em sua magistral obra "Formação do Brasil Contemporâneo - Colônia", transcrevendo palavras do Marquês de Lavradio: *"Aqueles negociantes que aqui passam por mais ricos, como Brás Carneiro Leão, Manoel da Costa Cardoso, José Caetano Alves e alguns outros, têm constituído a sua riqueza e o seu fundo no maior comércio de comissões que têm tido, i.é. de fazendas e navios que lhes têm sido consignados(...).*

Estes homens, ainda que têm de fundo, e são honrados e verdadeiros, não posso considerar as suas casas como casas de comércio(...)."

E prossegue o Marquês fazendo uma crítica ao tipo de organização comercial da Colônia, que, acorrentada pelas férreas leis impostas pela Matriz portuguêsa, não podia, evidentemente, tomar a feição das casas européias!

Finalmente, arremata CAIO PRADO JR: "*Mas, com tudo isto, o comércio é uma classe credora, é quem financia a grande lavoura. Senhores de engenho, lavradores, fazendeiros são seus devedores; e tanto mais presos às dívidas que sua posição social, vaidade e educação perdulária os levam a gastos excessivos e supérfluos, que nos momentos de crise os põem em dificuldades e apertos muito sérios*". (Citado em FERNANDES, Florestan, 1972, págs. 340/341).

Providenciada a competente averiguação, o Vice-Rei do Brasil dirigiu ao Governador de Minas Gerais, na já mencionada carta de 29 de dezembro de 1786, esta fulminante resposta:

"*(...) Devo responder a V.Excia. que, depois de evacuado aquele Sertão, a Tropa e mais pessoas que nele entraram, e atualmente se acham no lugar chamado o Canta-Gallo, foram ocupar o mesmo Sertão por ordem minha para os fins que Sua Majestade foi servida determinar-me, e que até o presente não me consta que hajam alterado a regularidade que estabeleceu e com que se têm conservado debaixo do Comando de um Tenente-Coronel escolhido pelas boas provas que tem dado da sua atividade, vigi-*

lância, e zelo no Real Serviço. Por esta razão, e por não haver no dito descoberto gênero algum de trabalho deixado a arbítrio de particulares, pois todos tem sido por conta de Sua Majestade, debaixo da inspeção do dito Tenente Coronel, sem que ainda assim se tenha dado princípio a algum serviço de Olaria, virá V.Excia. a conhecer que a notícia que lhe deram as Guardas trazendo a sua origem das telhas, que dizem estava mandando fazer o dito Brás Carneiro, foi muito mal fundada, e que, como procedia de princípios falsos, da mesma forma deve ser considerada. Muito mais porque sendo necessário que houvesse alguns encontros de extravio, ou ao menos alguns indícios por onde se pudesse conjecturar para que houvessem as ditas Guardas de participar a V.Excia. que ele se fazia com a maior força, como V.Excia me diz lhe asseveraram, vemos que nem fizeram apreensão alguma, como deviam, nem apontaram razão em que fundassem a sua parte, para com esse conhecimento se entrar na indagação desta matéria. Mas se, sem embargo disto, puder V.Excia. alcançar a mesma notícia mais circunstanciada, e digna de atenção, espero que, por Serviço de Sua Majestade, haja de participar-ma, para que eu possa dar imediatamente as providências que devo, e pede a qualidade do negócio, assim como será necessário que V. Excia. ordene às ditas Guardas que segurem qualquer Extraviador que, saindo daquele Descoberto, por elas passar, ou puder ser seguido, enviando-o a esta Capital, com todas as provas que houverem do seu delito, bens e papéis que lhe forem achados.(...)" (DOC. 23).

Podemos concluir, portanto, que Brás Carneiro merecia realmente a confiança da comunidade econômica, visto que lhe entre-

gavam, para administrar, bens de altíssimo valor, como navios e fazendas. Ficou patente, também, a leviandade e precipitação do Governador de Minas e de seus comandados, levantando acusações sem a devida averiguação, no que foram corretamente rechaçados pelo Vice-Rei do Brasil, Governador do Rio de Janeiro.

Somos levados a pensar que o Governador de Minas, Luiz da Cunha Menezes, realmente fazia jus ao título depreciativo de Conde de Lumiares, -- o fanfarrão Minésio, das "Cartas Chilenas", de que nos dá conta Diogo de Vasconcelos, na "História Média de Minas Gerais"! Um fanfarrão muito astuto, que não hesitou em se apoderar do ouro do Mão de Luva!

Lamentamos que ainda hoje, quando os meios de comunicação se acham tão adiantados, pessoas que se dedicam aos estudos históricos, permaneçam na desinformação, manipulando material insuficiente para formular, de maneira irresponsável, afirmações graves contra cidadãos de outros Estados, num indisfarçável "bairrismo", cujo provincianismo piegas seria até engraçado, não fora o desserviço que presta a uma sociedade tão carente de tudo que se refere à cultura e à correta educação!

Existem também, infelizmente, em trabalhos que colocam como "sérios", outras manipulações, como o forçado deslocamento de objetivos de importantes diligências governamentais, com o propósito, que consideramos infantil, de conferir maior relevo a pessoas e regiões outras que não as que foram os alvos reais e principais das referidas empresas...

Tudo isso poderia vir a prejudicar seriamente a historiografia nacional! Mas

tal não acontecerá, porque estamos, com a publicação deste livro, colocando os pontos nos ii, até onde nos permite a vasta documentação que reunimos, em mais de 30 anos de estudo da matéria!...

Por mais que se esforcem para dele retirarem o mérito, MANOEL HENRIQUES, o MÃO DE LUVA, permanecerá sendo o grande e intrépido desbravador dos Sertões do Macacu, e Cantagalo, município que, tendo sido o maior do mundo na produção cafeeira, nos idos de 1850, - a terra de onde partiu o primeiro grande impulso para a arrancada da industrialização do Brasil!...

Toda essa grandeza que se encerra no passado de CANTAGALO jamais poderá ser negada por quem quer que seja, enquanto fale a verdade, e, quando a ela faltar, será por nós desmascarado com a força superior da verdade, encontrada através da pesquisa rigorosamente científica e de um trabalho livre de idéias pré-concebidas, interesses ilegítimos e vaidades descabidas!...

Este é o compromisso que assumimos perante a ciência histórica, a sociologia, e a sociedade em que vivemos!

Esclarecemos aos defraudadores de fatos históricos que isto, além de intelectualmente criminoso, não tem absolutamente, necessidade de ser perpetrado, pois, na verdade, todas as pessoas e todas as terras encerram, em suas realidades, uma importância essencial, que pode ser detectada pelos que, livres de preconceitos, permitam que suas sensibilidades caminhem livremente pelos meandros do *ser*.

10– ÍNDIOS E NEGROS NOS PRIMÓRDIOS DE CANTAGALO

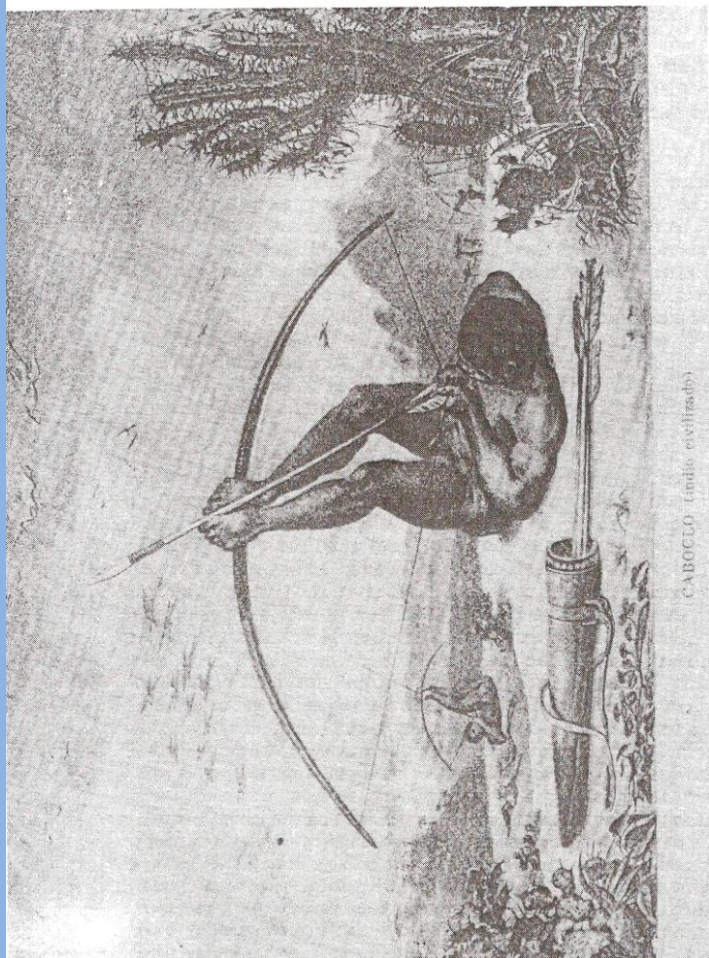
Ao nos debruçarmos sobre a remota época dos primórdios de Cantagalo, no Brasil Colonial, interessados em desvendar os mistérios do célebre Mão de Luva, deparamo-nos, várias vezes, com índios e negros, cujas presenças marcantes, nos levaram a reflexões sobre os papéis que desempenharam na construção do Brasil.

Muito já se escreveu, e se escreve todo dia, sobre esses dois grupos raciais, e não pretendemos acrescentar, aqui, nada de novo ou surpreendente no que se refere ao conhecimento já acumulado.

Julgamos interessante, todavia, mostrar alguns fatos e dados encontrados na pesquisa, relacionados, portanto, com a região e/ou período estudado.

Refere-se Debret, em sua famosa "VIAGEM PITORESCA E HISTóRICA AO BRASIL", às habilidades do nosso "caboclo" ou índio civilizado, seja na confecção de artesanatos utilizados cotidianamente, seja no manuseio do arco e flecha.

Comentando uma prancha onde retrata vários caboclos caçando aves, que cortam velozmente os céus, diz ele:

"Ficar assim de costas e lançar com todo vigor uma flecha, de uma maneira quase incrível para nós, não passa para o caboclo de um simples exercício de destreza, oferecido à contemplação dos viajantes estrangeiros que o visitam. Ele escolhe sempre o menor de seus arcos para mostrar sua habilidade; em seguida, a fim de continuar a atrair a admiração dos expectadores, êle se levanta e, de pé, o corpo extremamente recurvado, arremessa sua flecha perpendi-

CABOCLO (índio civilizado)

CABOCLO (Indio Civilizado)

São inúmeros os episódios de colaboração de brancos e índios, ou da simples atuaçào destes em termos de produção artesanal e agrícola. Segundo testemunha Debret, os índios "tornam-se excelentes trabalhadores quando civilizados e dão provas de uma inteligência perfeita onde quer que sejam empregados"... Sua habilidade é grande na caça, na pesca, e até na agricultura. Conhece a natureza a fundo, e domina a arte da cura através de plantas medicinais.

cularmente, por cima da cabeça, de maneira a que recaia a seus pés, no interior de um círculo traçado no chão, em torno dele. Esses exercícios, sempre perfeitos, são bem conhecidos de quem percorre a província de Cantagalo" (DEBRET, VPHB, I, 1965, pg.34).

Em outra parte, descreve o nosso autor "os caboclos que habitam os arredores da aldeia de São Pedro de Canta Galo (província do Rio de Janeiro) e vivem quase sem indústria, apesar de civilizados.

Trabalham para os ricos proprietários da região, que pagam com cachaça e gêneros alimentícios."

A seguir, tece Debret comentários sobre a cena, que pintou, retratando a chegada de dois viajantes europeus, introduzidos numa aldeia de caboclos. Uma garrafa de aguardente é usada para facilitar a recepção.

Fala, então, do chefe índio, que, sentado no chão e cercado de jovens, narra-lhes alguns fatos, até ser interrompido pelos visitantes.

As mulheres reajem pudicamente: uma, esconde o busto, cobrindo-o com seus longos cabelos negros puxados para a frente; outra, sentada, esforça-se para aproximar o pé da parte que deseja esconder dos visitantes.

Observa Debret que a cena fixa os hábitos do homem selvagem, constantemente ocupado com sua alimentação: as mulheres acham-se reunidas em torno de uma provisão de frutas; um pequeno caboclo, de cócoras, bebe com a ajuda de um caniço. (idem, pg.35)

Cabem aqui, parece-nos, algumas considerações sobre o caráter do nosso selvícola.

O já tradicional hábito de se oferecer aguardente ao índio, transmite-nos a idéia de ser o mesmo propenso ao vício. Tal idéia, associada à sua propalada aversão ao trabalho, configura uma imagem bastante negativa do primeiro habitante do Brasil. Podemos, contudo, com base em nossas pesquisas, pôr em dúvida tais estereótipos. A propalada "aversão ao trabalho" nada mais é que o fruto de uma observação etnocêntrica e preconceituosa do branco. O índio recusou-se, sistematicamente, a submeter-se ao trabalho escravo, não só por ser uma descabida imposição do invasor de suas terras, mas também porque, de acordo com seus padrões culturais ao homem é reservada a caça, cabendo às mulheres as atividades caseiras, agrícolas, etc.

Quanto ao valor dado pelo índio à aguardente, deve-se ao fato de a mesma funcionar como verdadeiro aquecedor e fonte de energia, útil durante as caçadas, quando é preciso permanecer por muito tempo em lugares úmidos, e sem deter-se para alimentação.

Embora Debret tenha feito suas observações já no início do século XIX, é razoável supor a semelhança do ambiente com o da segunda metade do ´seculo anterior, quando Mão de Luva e seus companheiros conviviam com os nativos, transmitindo-lhes alguns padrões da cultura européia, como, por exemplo, orações próprias do catolicismo romano.

Que o Luva ensinava religião aos índios, consta, conforme vimos, no Relatório do Sargento Mor Pedro Affonso Galvão de São Martinho. Seu relacionamento era tão bom que o chefe dos selvícolas chegou a ir à presença do militar, pedir clemência para o velho faiscador.

Houve muitos problemas entre brancos e índios, inclusive o massacre de Santa

Catarina (1815) quando os Bororenos ou Bugres invadiram um estabelecimento de aguas termais e seu posto militar. Cercando-os, atearam fogo às árvores e habitações, exterminando os soldados, que, "surpreendidos durante o sono pelas chamas e extensas nuvens de fumaça, nem sequer podiam proteger a vida de alguns fugitivos, logo caídos nas armadilhas colocadas no seu caminho" (pg.37)

Mas são inúmeros os episódios positivos, de colaboração de brancos e índios, ou da simples atuaçào destes em termos de produção artesanal e agrícola. Segundo testemunha Debret, os índios "tornam-se excelentes trabalhadores quando civilizados e dão provas de uma inteligência perfeita onde quer que sejam empregados"... Consta que um rico proprietário gaúcho, achando-se acometido de cancro já considerado incurável pelos médicos, submeteu-se ao tratamento de um índio, que trabalhou "aplicando na ferida certas raízes que ele trazia, diariamente, bem esmagadas. Depois da cura, ofereceram ao índio boa rècompensa para que ele desse a composição do remédio, mas ele recusou e fugiu, observando religiosamente o segredo que lhe fora transmitido pelos seus antepassados´ (pg. 38).

"Além de comerciantes e guerreiros, esses índios são agricultores, e entre os produtos que cultivam deve-se citar o algodão, que eles empregam com notável habilidade na fabricação dos tecidos com que se vestem. Todas as mulheres sabem tecer e demonstram igualmente maestria nos trabalhos de agulha.

No serviço militar, destaca-se o índio por sua bravura e habilidade. O Quartel de Aguiar, instalado em princípio do século XIX na regiào do Rio Doce, compunha-se únicamente de oito soldados, índios

civilizados "preferíveis a qualquer outra espécie de soldado para o combate aos seus companheiros ainda selvagens".

Relata-se um episódio ocorrido no Rio de Janeiro, quando o Quartel General, querendo aprisionar "negros fugidos, que viviam clandestinamente nas capoeiras do Corcovado, de onde desciam à noite para roubar sua alimentação nas casas do Catete e do Botafogo". Mandou vir uma dúzia desses soldados índios para a execução da tarefa.

Os índios conseguiram êxito contra os negros, que já haviam estabelecido, ali, seus quilombos, vivendo com suas mulheres e filhos e armados de fuzis.

Como tática militar, os índios, após procederem ao reconhecimento do lugar, cercou-o durante a noite, incendiando todas as árvores da vizinhança. Postando-se de tocaia, fora da linha de bloqueio, matavam os fugitivos apavorados que procuravam transpô-la.

Diferentemente dos soldados brancos, que, dias antes, haviam perdido vários de seus companheiros em inúteis combates com esses negros, os guerreiros índios lograram vitória completa sem perda de um só homem!

Concluindo esta breve apreciação sobre o índio brasileiro, valemo-nos, uma vez mais do testemunho do célebre artista francês:

"Acreditamos que com a civilizaçào, a raça índia melhore sensivelmente, fundindo-se pouco a pouco com a raça brasileira de origem européia, e tanto mais nos convencemos disso quanto existem, nas províncias de S. Pedro e de Minas Gerais, admiráveis famílias de raça mestiça, oriundas da união de homens brancos com mulheres caboclas. Os traços nobres do paulista, a que se aliam a delicadeza dos olhos e as

formas roliças da cabocla, são de uma beleza graciosa e picante, especialmente observável nas mulheres. Quanto aos homens, tornam-se mais esbeltos, embora sempre musculosos, e conservam bem marcada a tendência dominante das duas raças, que os leva a enfrentar corajosamente as fadigas inerentes às grandes viagens e aos feitos militares" (pg.58)

Analisada a atuação do índio no Brasil-Colônia, passemos a outro não menos importante grupo étnico, cujo trabalho tanto contribuiu para a formaçào de nosso país: o negro.

Quando Mão de Luva foi preso, com seus companheiros, em 13 de maio de 1786, também o foram os respectivos escravos, que, segundo a relaçào (ver cap.6) pertenciam às nações: Banguela, Congo, Cabunda, Mina, Rebolo, Crioilo, Munjolo e Angola. - denominações incorporadas, como sobrenomes, aos seus nomes.

Rugendas, em sua admirável obra "VIAGEM PITORESCA ATRAVES DO BRASIL", tece precioso comentário sobre os negros escravizados no Brasil Colônia:

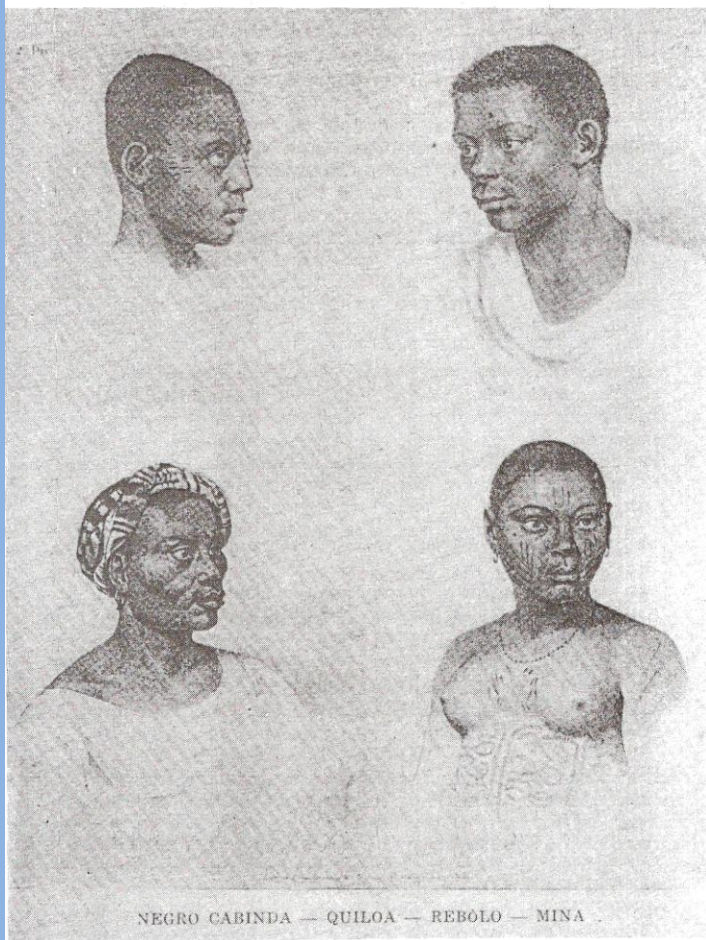
"As raças a que pertence a maioria dos negros importados no Brasil denominam-se Angola, Congo, Rebolo, Angico, Mina, da costa ocidental da Africa, e Moçambique, da costa oriental."

"Distinguem-se eles, como se pode ver das cabeças de negros que damos aqui, tanto pelas tatuagens especiais do rosto como pelas diferenças muito marcadas da fisionomia."

"Alguns há, mesmo que pouco revelam disso, que se considera geralmente como sinais característicos da raça africana."

"Distinguem-se também pelas varieda-

des de seus temperamentos e caracteres, variedades que, na opinião pública, estabeleceram para tal ou qual raça a reputação de melhor ou pior. Assim é, por exemplo:

"Os Minas e os Angolas são considerados excelentes escravos: são dóceis, fáceis de instruir e suscetíveis de dedicação, quando mais ou menos bem tratados; são também os que, pela sua atividade, sua economia, conseguem adquirir sua alforria mais comumente."

NEGRO CABINDA — QUILOA — REBÔLO — MINA.

NEGROS CABINDA, QUILOA, REBOLO, MINA

Graças aos documentos da época, sabemos as origens dos negros que trabalhavam com Mão de Luva e seus companheiros, na faina da mineração clandestina. O concurso do escravo era fundamental para o sucesso da arriscada empresa. Tanto que, desejando prejudicar a exploração das datas minerais de Cantagalo, o Governador de Minas Gerais tratou de proibir a venda de negros que se destinassem à mineração no referido Descoberto. (Cap. 8).

"Por mais de um aspecto, os Congos se assemelham aos Angolas; são entretanto mais pesados e empregam-se de preferência no duro labor do campo."

"Os Rebolos pouco diferem dessas duas raças, e as línguas das três apresentam muita analogia; entretanto os rebolos são mais turrões, e mais predispostos ao desespero e ao desânimo do que os das duas raças."

"Os Angicos são mais altos e mais bem feitos; têm no rosto menor número de traços africanos; são mais corajosos, mais astutos e apreciam mais a liberdade. E preciso tratá-los particularmente bem, se nào deseja vê-los fugir ou se revoltarem."

"Os Mina distinguem-se por três incisões em semicírculo que, do canto da boca, vào até a orelha."

"Os Gabanis são mais selvagens e difíceis de instruir que os precedentes; entre eles a mortalidade é mais elevada, porque se acostumam mais dificilmente ao trabalho e à escravidão. São grandes, entretanto, e bem feitos; sua pele é de um negro luzídio e os traços de sua fisionomia têm pouco caráter africano.

"Os Monjolos são os menos estimados; sào em geral pequenos, fracos,muito feios, preguiçosos e desanimados; sua cor tende para o marrom e são os que se pode comprar mais barato." (RUGENDAS, VPAB, págs. 73/74).

Nunca seria fastidioso ressaltar o valor do trabalho negro, impulsionando a economia nacional.

MONJOLO

NEGROS BENGUELA, ANGOLA, CONGO, MONJOLO

Aqui estão retratados mais alguns tipos de negros ou nações que foram trazidos como escravos para o Brasil. Em sua obra magistral, oferece-nos Rugendas dados sobre eles:"Os Angolas são considerados excelentes escravos: são dóceis, fáceis de instruir e suscetíveis de dedicação, quando mais ou menos bem tratados; sào também os que, pela sua atividade, sua economia, conseguem adquirir sua alforria mais comumente."

"Por mais de um aspecto, os Congos se assemelham aos Angolas; são entretanto mais pesados e empregam-se de preferência no duro labor do campo."

"Os Monjolos são os menos estimados; sào em geral pequenos, fracos, muito feios,preguiçosos e desanimados; sua cor tende para o marrom e são os que se pode comprar mais barato." (RUGENDAS, VPAB, págs. 73/74).

Um olhar de relance nas obras que retratam o nosso passado, como as aqui referidas, de DEBRET e RUGENDAS, é suficiente para se constatar esta assertiva. Os exemplos são inúmeros. Vemos negros como carregadores de água, marinheiros, lavadeiras, empregados domésticos, preparando a raiz da mandioca, pescadores, vendedores, barbeiros, marceneiros, calceteiros, carregadores, canoeiros, moedores de cana, transportadores de carne, domesticadores de bois, vendedores de cestos e de aves, de palmito e de samburás, de milho e de carvão, de capim e de leite, serradores de tábuas, sapateiros, negociantes de tabaco e vendedores de pão de ló, transportadores de telhas, cirurgiões, trabalhadores em pedreira de granito, e muitas outras atividades...

Dentre todas as atividades, porém, três se destacam pela importância na economia nacional: as exercidas nos engenhos de cana, nas plantações de café e nas lavras de ouro.

Vemos aí a extraordinária contribuição da raça, na arrancada inicial deste que é hoje um país que participa com uma parcela bastante significativa das realizações globais da humanidade, e que, pelo seu território, pela sua gente e pela sua cultura, está fadado a figurar entre as primeiras potências do planeta, num futuro que se torna cada vez mais próximo!...

P O S F Á C I O

Diz a lenda que MANOEL HENRIQUES, ao sentir que sua prisão estava próxima, escondeu todo o ouro que pôde num local secreto, deixando, todavia, algumas pistas, num documento que fala de "um lago que nunca seca..."

Ouvimos dizer que vários já se aventuraram a procurar o tal TESOURO, sem, contudo, lograrem bom êxito...

Conhecemos alguns locais, inclusive cavernas, que estão associados ao nome do lendário faiscador...

Mas nosso interesse é histórico e sociológico...

Temos em alta conta toda essa verdadeira "epopéia selvagem" que foi a conquista dos "Sertões do Macacu".

É por isso que, ao invés de procurarmos nos rios auríferos ou nas cavernas misteriosas, a riqueza que corrompe, e o ladrão rouba -- dedicamo-nos ao estudo e à pesquisa das COISAS DA TERRA, certos de que, estas sim, constituem a riqueza do MÃO DE LUVA e o TESOURO DE CANTAGALO!...

OBSERVAÇÃO: A foto que se acha na página 10 (INTRODUÇÃO) deste livro, mostra o autor, quando de sua visita ao Distrito de São Sebastião do Paraíba para um estudo sobre as Fazendas do Município, no mês de julho deste ano. O Rio Paraíba do Sul, que outrora foi atravessado pelo Mão de Luva, aparece, belo e sereno, numa várzea daquela terra dadivosa e fértil.

BIBLIOGRAFIA

1- AZEVEDO, Fernando de - "Recenseamento Geral do Brasil", IBGE, Rio, 1943.

2- CASTRO, Celso Falabella de F - " As Areas Proibidas dos Sertões de Leste", conferência proferida em 27.08.80 no IHGMG, B. Horizonte MG.

3- CUNHA, Euclides da - " Os Sertões", ed. Liv. Francisco Alves, Rio, 1933.

4- DEBRET, Jean Baptiste - "Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil", (VPHB), (tomos I e II), Liv. Martins Edit., S. Paulo, s/data.

5- DIAS, Acacio F.- " Terra de Cantagalo", Ed. da Imprensa Oficial, Niterói, 1942.

6- ENCICLOPEDIA Delta-Larousse - vol. 13, Rio, 1970.

7- FERNANDES, Florestan - "Comunidade e Sociedade no Brasil", Cia. Edit. Nacional, S. Paulo, 1972.

8- LAMEGO, A. R. - " O Homem e a Serra", Ed. do IBGE, Rio, 1950.

9- OMEGNA, Nelson - "A Fisionomia da Cidade Colonial", in FERNANDES, Florestan, 1972, págs 86/95.

10-PRADO JUNIOR, Caio - "Formação do Brasil Contemporâneo", (2 ed.), Edit. Brasiliense, S. Paulo, 1945.

11-RUGENDAS, João Maurício - "Viagem Pitoresca Através do Brasil", (VPAB), Liv. Martins Edit., S. Paulo, s/data.

12-SEGUIER, Jayme - " Dicionario Pratico Ilustrado", Ed. Lello & Irmão, Porto, 1947.

13-SIMONSEN, Roberto C - "História Econômica do Brasil", (tomos I e II), Cia. Edit. Nacional, Rio, S. Paulo, 1944.

14-TOMÁS, Amélia - " Mão de Luva, o Fundador de Cantagalo", Ed. do Autor, Cantagalo, 1990.

15-WEBER, Max - " Economia y Sociedad", I, Fondo de Cultura, Mexico.

DOCUMENTOS DO ARQUIVO DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EUCLIDES DA CUNHA (CEPEC)

DOC. 01 - Carta de Luiz da Cunha Menezes a Luiz de Vasconcellos e Souza em 19 de maio de 1784.

DOC. 02 - Carta de Luiz da Cunha Menezes a Pedro Affonso Galvão de São Martinho em 19 de maio de 1784.

DOC. 03 - Carta de Luiz da Cunha Menezes ao Comandante de Chopotó, em 04 de junho de 1784.

DOC. 3A - Carta de Luiz da Cunha Menezes a Pedro Affonso Galvão de São Martinho, em 04 de junho de 1784.

DOC. 04 - Carta de Luiz da Cunha Menezes ao Cel. Manoel R. da Costa, em 08 de junho de 1784

DOC. 05 - Carta de Luiz da Cunha Menezes a Pedro Affonso Galvão de São Martinho, em

26 de junho de 1784.

DOC. 06 - Carta de Luiz da Cunha Menezes a Pedro Affonso Galvão de São Martinho, em 14 de julho de 1784.

DOC. 07 - Carta de Luiz de Vasconcellos e Souza a Luiz da Cunha Menezes, em 24 de dezembro de 1785.

DOC. 08 - Carta de Luiz da Cunha Menezes a Luiz de Vasconcellos e Souza, em 03 de janeiro de 1786

DOC. 09 - Carta de Engano de Pedro Affonso Galvão de São Martinho ao Comandante da Guarda de Porto do Cunha.

DOC. 10 - Carta de Luiz de Vasconcellos e Souza a Luiz da Cunha Menezes, em 17 de janeiro de 1786.

DOC. 11 - Carta de Luiz de Vasconcellos e Souza a Mello e Castro, em 21 de janeiro de 1786.

DOC. 12 - Carta de Luiz da Cunha Menezes a Luiz de Vasconcellos e Souza, em 15 de fevereiro de 1786.

DOC. 13 - Carta de Luiz da Cunha Menezes a Luiz de Vasconcellos e Souza, em 01 de março de 1786.

DOC. 14 - Relatório do soldado José de Deos a Pedro Affonso Galvão de São Martinho, em 31 de março de 1786.

DOC. 15 - Carta de Luiz da Cunha Menezes a Luiz de Vasconcellos e Souza, em 12 de abril de 1786.

DOC. 16 - Carta de Luiz da Cunha Menezes a

Luiz de Vasconcellos e Souza, em 18 de abril de 1786.

DOC. 17 - Carta de Luiz de Vasconcellos e Souza a Luiz da Cunha Menezes, em 24 de abril de 1786.

DOC. 18 - Relatório de São Martinho a Luiz da Cunha Menezes, em 17 de maio de 1786.

DOC. 19 - Relação de presos, de Pedro Affonso Galvão de São Martinho, em 19 de junho de 1786.

DOC. 20 - Carta de Luiz da Cunha Menezes a Luiz de Vasconcellos e Souza, em 20 de junho de 1786.

DOC. 21 - Carta de Luiz de Vasconcellos e Souza ao Intendente Geral do Ouro, em 07 de julho de 1786.

Doc. 22 - Carta de Luiz de Vasconcellos e Souza a Mello e Castro, em 13 de julho de 1786.

DOC. 23 - Carta de Luiz de Vasconcellos e Souza a Mello e Castro, em 14 de julho de 1786.

DOC. 24 - Carta do Intendente Geral do Ouro a Luiz de Vasconcellos e Souza, em 03 de agosto de 1786.

DOC. 25 - Carta de Luiz de Vasconcellos e Souza a Luiz da Cunha Menezes, em 14 de agosto de 1786.

DOC. 26 - Carta de Luiz da Cunha Menezes a Luiz de Vasconcellos e Souza, em 27 de agosto de 1786.

DOC. 27 - Carta de Luiz de Vasconcellos e

Souza a Luiz da Cunha Menezes, em 09 de setembro de 1786.

DOC. 28 - Carta de Luiz de Vasconcellos e Souza a Francisco Gregório, em 20 de setembro de 1786.

DOC. 29 - Carta de Luiz da Cunha Menezes a Luiz de Vasconcellos e Souza, em 16 de novembro de 1786.

DOC. 30 - Carta de Luiz da Cunha Menezes a Luiz de Vasconcellos e Souza, em 25 de novembro de 1786

DOC. 31 - Edital de Luiz da Cunha Menezes, em 01 de dezembro de 1786.

DOC. 32 - Certidão do Intendente Geral do Ouro, em 4 e 5 de dezembro de 1786.

DOC. 33 - Carta de Luiz de Vasconcellos e Souza a Luiz da Cunha Menezes, em 29 de dezembro de 1786.

DOC. 34 - Carta de Manoel S. Coimbra a Luiz de Vasconcellos e Souza, em 10 de janeiro de 1787.

DOC. 35 - Relatório de Luiz de Vasconcellos e Souza a Mello e Castro, em 26 de janeiro de 1787.

DOC. 36 - Relatório do Vice-Rei do Brasil.

S U M Á R I O

Apresentação............................6.

Agradecimento...........................8.

Homenagem Especial.....................10.

01- INTRODUÇÃO: Um Reexame na Historiografia Fluminense.
Pág. 11

02- As Entradas Clandestinas na Província do Rio de Janeiro.
Pág. 17

03- Lisboa Exige a Destruição do Garimpo Clandestino
Pág. 31

04- Providências do Vice-Rei em relação às áreas proibidas.
Pág. 37

05- Providências do Governo das Minas Gerais -- São Martinho e Tiradentes. O Sistema de Engano
Pág. 40

06- Campanha do Sargento Mór Pedro Affonço de São Martinho nos Sertões do Macacu.
Pág. 49

07- Manoel Henriques, o Luva, e Seus Companheiros.
Pág. 65

08- Rio de Janeiro x Minas Gerais: A Contenda do Ouro.
Pág. 75

09- "Decadência" da Mineração: Início da Colonização de Cantagalo.
Pág. 88

10- Índios e Negros nos Primórdios de Cantagalo.
Pág. 102

Posfácio............................116.

Bibliografia........................118.

Sumário.............................123.

Índice das Ilustrações

1- Fac-simile de carta de 1786......15/16.

2- Villa Rica.....................21/22.

3- Guerrilhas.....................25/26.

4- Lavagem do Ouro................32/33.

5- Rio Paraíba....................50/51.

6- Aldeia de Caboclos em Cantagalo..61/62.

7- Porto de Estrela...............68/69.

8- Rio Inhomerim..................71/72.

9- Colheita de Café...............89/90.

10-Engenho de Cana................93/94.

11-Caboclo (índio civilizado).....103/104.

12-Negros: cabinda,etc............111/112.

13-Negros: benguela,etc...........114/115.

A P Ê N D I C E

ATIVIDADES DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EUCLIDES DA CUNHA (CEPEC)

Sebastião A.B. de Carvalho - Sociólogo

COMO SURGIU O CEPEC

Foi em 1959 que um grupo de jovens fluminenses, congregados numa entidade amadora, o CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS "EUCLIDES DA CUNHA" (CEPEC), cuja finalidade era estudar tudo sobre o Estado do Rio, procurou e acabou localizando a Gruta da Pedra Santa, guiado por um antigo relatório do engenheiro Justin Norbert.

Ainda nessa ocasião, os pesquisadores do CEPEC encontraram a pista dos animais pre-históricos, cujos fósseis haviam sido achados por outro engenheiro, Jacob van Erven, na mesma regiao norte do Estado, lá pelos idos de 1845.

Outros temas estudados têm sido: A Mineração No Estado do Rio, com a fascinante saga do lendário Mão de Luva, e a verdadeira epopéia da Fazenda Cafeeira Fluminense, fase gloriosa da evolução do Estado, de que é marco expressivo o famoso Palacete do Gavião.

Quanto ao tema ECOLOGIA, latente em todos os demais, engloba o grande ideal do CEPEC, que desfraldou esta bandeira há 32 anos, quando o nível de conscientização ecológica era baixo ao ponto de os conservacionistas serem objeto de chacota,- considerados, na melhor das hipóteses, como sonhadores e idealistas apartados da realidade!

Hoje, a situação é outra!...

Toda a sociedade despertou para a necessidade urgente de se preservar o meio ambiente. Temos até uma Constituição que consagra esta idéia. Os ecologistas são vistos como pessoas úteis à coletividade e respeitadas em suas colocações...

Chegou, portanto, o momento de colocarmos em prática esse conhecimento, tão importante e até vital para a sobrevivência da Humanidade!

Foi com tudo isso em mente que o CEPEC planejou as suas atividades científicas, culturais, artísticas e educacionais, procurando colocar em forma de PROJETOS, as suas propostas de trabalho, que pretende realizar a nível profissional, para o que conta com uma equipe especializada, e a capacidade sempre crescente de recrutamento de técnicos e de estudiosos das mais variadas áreas do conhecimento humano.

Consciente da necessidade de fixar o conhecimento que divulga, o CEPEC o insere num contexto educacional, que envolve, além da comunidade como um todo, os alunos das escolas estaduais e municipais. Pretende-se evitar, assim, que as coisas importantes do município permaneçam desconhecidas de seus cidadãos, como ainda hoje ocorre em grande escala!

Portanto, ao solicitar do CEPEC a realização de algum projeto, está a instituição contratante assegurando-se uma participação efetiva e importante no processo de desenvolvimento cultural de sua comunidade, fato que permanecerá indelevel na memória de toda a população envolvida, sendo passível de transmissão, através da Escola, para as vindouras gerações!...

P R O J E T O S

1- PROJETO GRUTAS E CAVERNAS
2- PROJETO PRE-HISTORIA

3- PROJETO MINERAÇÃO
4- PROJETO FAZENDA FLUMINENSE
5- PROJETO ECOLOGIA
6- PROJETO RAÇAS E ETNIAS

MATERIAL e SERVIÇOS

MATERIAL - RECURSOS AUDIOVISUAIS

1- Vídeo-documentário; 2- Módulos Educativos; 3- Slides Educativos; 4- Literatura Especializada

SERVIÇOS - IMPLANTAÇÃO e ASSESSORIA

IMPLANTAÇÃO- O CEPEC se compromete a fazer a apresentação inicial e a ministrar um seminário, preparando, assim, monitores, que se encarregarão de utilizar o material na comunidade.
ASSESSORIA - O CEPEC prestará assessoria, cultural, científica e turística, na preparação de palestras, seminários, folhetos explicativos, e na produção de idéias, para o estabelecimento de uma infra-estrutura turística e/ou educacional.

O CEPEC conta com o trabalho de profissionais das áreas de sociologia, antropologia, história, geografia, geologia, paleontologia, arqueologia, turismo e idiomas.

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EUCLIDES DA CUNHA (CEPEC)
CGC 36.481.935/0001-84

Contato: Sebastião A.B. de Carvalho
Tel (021) 710-1157 - CEPEC - Rua Mariz e Barros, 15/204 * Icaraí * CEP 24.220
Niterói RJ - BRASIL

No dia 14. depois de feita a diligencia das prizoens, veyo o Capitaõ dos
Indios, chamado Joaquim, a falar-me, e pedir-me lhe naõ fizesse mal, nem a o Ma-
noel, que era bom, e que ensinava a sua gente a rezar, o que assim he, porque alguns
Rapazes o confirmáraõ rezando algumas Oraçoens. Eu lhe prometi naõ fazer
mal ao ditto Manoel, e que o fossem chamar para falar com elle; mas nunca me apa-
receo; e no dia 16. me mandou dizer por hum Indio, com o Bilhete incluzo, que
lhe mandasse o Soldado Felipe, para me mandar dizer hum Segredo: mandei o ditto
Soldado, acompanhado pelo Indio, e lhe descobrio onde estava hum mulato forro, que
tinha fugido do Rancho dos de Macacû, e foi elle com o Soldado, e alguns Indios a
prendello; e me mandou dizer, que os sinco Negros elle os prenderia, e os traria ao Por-
to do Cunha; e que quizesse eu rogar a V. Ex.ª o deixe-lhe passage nesta Guarda para
as Minas.

Da Relaçaõ incluza verá V. Ex.ª a gente, que se prendeo, e o que V. Ex.ª
consiguio, e demais que executei a respeito das Cazas, Senzalas, e mantimentos.

Remetto a V. Ex.ª os Interrogatorios, que fiz aos quatro Negros, que
vinhaõ do Descoberto ditto, a passarem no Porto; e a tres, que prendi em caminho
quando voltei para esta Capitania.

No Porto do Cunha deixei dous Soldados, e quatro Pedestres pa-
ra ficarem de guarda com o Cabo José de Deos, sobre a Picada da margem do
Parahiba da parte do Sul, por onde tem entrado muitas pessoas para o ditto Descobér-
to; isto athé se prenderem os sinco Negros, que ficaraõ no Descoberto, e me Morrerem
os tres, que ficaraõ na Guarda do Porto do Cunha: a hum destes tres negros na occa-
siaõ da prizaõ lhe deraõ muita cutilada, e lhe cortaraõ a Cana do braço direito: Quatro
homens ficaraõ por doenças.

As chuvas tem sido muitas, e estas me obrigaraõ a estar no
Descoberto quatro dias, porem naõ consenti, que se lavasse, nem se trabalhasse hum

CAPA: Desenho de Joubert Vieitas